

O CICLO DO GADO NO NORDESTE DO BRASIL: UMA CULTURA DA VIOLÊNCIA?

Frederico Pernambucano de Mello
Pesquisador do IJNPS

O presente trabalho, resultado de investigação efetuada à frente do Departamento de História Social do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e do adensamento de conferência proferida em Sergipe em fins de 1976, se propõe a alguma coisa mais pretensiosa e concreta do que a mera contribuição ao universo genérico dos estudos acadêmicos. Nesta linha, ele procurará — ao menos é esta a vontade do autor — atrair a atenção de autoridades e de estudiosos, particularmente dos que fazem parte do Grupo de Estudos sobre Violência e Criminalidade, constituído, sob a presidência do sociólogo José Arthur Rios, pelo Ministro da Justiça, através da Portaria no. 791, de 14 de agosto de 1979 — ao qual o autor se honra em pertencer — para o caráter profundamente complexo de uma criminalidade de sangue que, remontando a um tempo em que o seu exercício constituía mera ação violenta ainda não malsinada ou, ao menos, não eficazmente malsinada pela ordem pública, remanesce ainda hoje na zona rural do Nordeste brasileiro, especialmente na de colonização pecuária, alentada pelo mesmo clima de apoio comunitário velado, embora efficacíssimo, que fez dessa região palco de um largo e rico quadro de violência criminal sem paralelo em outras áreas do país e que, se visto sob o ângulo específico de uma de suas modalidades, o cangaceirismo, existente entre nós até bem poucos anos atrás, talvez não conheça similar em qualquer outra região do mundo onde tenha prosperado

o banditismo rural, dadas as suas dimensões, duração, volume dos contingentes engajados na ação e repressão, disseminação geográfica, envolvimento comunitário, audácia nos golpes levados a efeito, além de uma significativa presença cultural, mesmo a nível de exteriorização da cultura como valor estético ou comunicação simbólica. Quanto a este último ponto, a literatura de cordel nos fornece excelente testemunho e dela nos utilizaremos amplamente.

Confirmando a hipótese de trabalho formulada, chegamos à conclusão de que estas formas de criminalidade violenta se inserem numa antiga e quase intocada tradição cultural, mumificada entre nós pelo isolamento em que permaneceram os sertões do Nordeste até décadas atrás, sendo chanceladas por um quadro de valores peculiar, espécie de "dever ser" teluricamente cultural, que corre em paralelo à norma jurídica com força suficiente para ofuscá-la quando da ocorrência de colisão entre os ditames desta e os daquele, visto como, diferentemente dos valores urbanos desbordados no meio rural pela citada norma jurídica, os seus são autóctones e assim muito mais aliciantes da conduta espontânea do homem do sertão.

Por muitas e diferentes razões que ao leitor será dado analisar ao longo do trabalho, conclui-se ter prosperado na área em estudo uma cultura da violência, respeitável em muitos de seus aspectos pelo caráter quase sempre honrado de que se revestem os seus valores, modos, processos e condutas.

Veja-se a propósito este atualíssimo registro, feito pelo "Diário de Pernambuco" de 6 de setembro de 1979, de declarações que parecem ter sido dadas há pelos menos cem anos atrás e que, no entanto, nada mais são que um trecho de carta recentemente enviada ao delegado de polícia de Exu, Pernambuco, por um membro da família Alencar, Leonardo Arnaldo de Alencar, em guerra de morte à família Sampaio desde o ano de 1949, na qual, rejeitando recomendações de cautela e precaução feitas pela autoridade, tendo em vista atentado que sofrera dias antes, declara sobranceiro: "Usarei, sem vacilar, os meios necessários para a minha defesa pessoal, como também não deixarei de frequentar os lugares onde tenho de ir por força das minhas obrigações. Daqui não me retirarei, pois não costumo fugir, não só por ser esta atitude contra os meus princípios, bem assim por pertencer a uma classe que só abriga homens de verdade, e onde a covardia deixa de ser um defeito, passando a ser um crime punido até com a morte".

Esta tônica orgulhosa do presente em nada se mostra diferente da que podemos encontrar nas palavras — datadas do início do século — de um outro guerreiro de luta de família, luta bem anterior e não menos encarniçada que essa que se fere hoje entre Alencar e Sampaio, que foi a de Pereiras contra Carvalhos, também do sertão de Pernambuco, eclodida ainda no longínquo ano de 1842. Preso em dado momento da questão, é de trás das grades do xadrez que o velho Antônio Pereira dá, em 1917, esta impressionante declaração à imprensa, com palavras que poderiam estar na boca de um Monte ou de um Feitosa da velha questão do século XVIII: “Eu possuo uma só vida e esta é livre e desembaraçada. Sou homem de honra e estou acostumado a falar de cabeça erguida. Esta primeira humilhação que estou sofrendo não me enfraquece. Não há Governo que dê jeito à minha luta com os Carvalhos. Isto é uma questão de sangue! Só quando Deus acabar o último Pereira, é que Carvalho deixa de ter inimigo neste mundo. O Sr. quer saber de uma coisa? Lá no meu Pajeú, quando um menino da família Pereira começa a crescer, vai logo dizendo: Tomara já ficar homem, para dar cabo de um Carvalho! A mesma coisa dizem os meninos deles. É o que eu digo: é uma questão de sangue”! ¹

Não é esta obviamente uma questão de sangue, mera força de expressão de bom sabor nordestino por trás da qual se vislumbra a verdadeira natureza do assunto, que é a da sua dimensão cultural. A luta de família, responsável no passado pelo surgimento e afirmação de diversos bandos de cangaceiros, tal como hoje põe no mundo do crime levas e mais levas de pistoleiros, cabras e capangas, é apenas uma das causas de afloramento e propagação de violência criminal numa região em que esta conhece chancela e até estímulo social, desde que se lhe possa agregar um motivo de honra, ainda mesmo quando este não passe, como em certos casos, de simples pretexto.

Finalmente deseja o autor contribuir de algum modo para o reforço, junto às autoridades e estudiosos, da convicção de que uma criminalidade assim profundamente mergulhada na realidade cultural regional — realidade que se não chega a aplaudir esta criminalidade, ao menos a propícia de modo decisivo e decidido — está a exigir, ao lado e sem prejuízo dos formatos tradicionais de prevenção e repressão integrantes do arsenal da Justiça criminal do país, novos meios de combate mais flexíveis, mais sintonizados com as diferentes realidades culturais regionais, bem como com a inevitável dicotomia urbano-rural, haja vista o crescente insucesso dos mencionados meios tradicionais no controle de certas formas de criminalidade ocorrentes no meio

rural e que possuem sólida base na cultura da região, de que as lutas de família são, no Nordeste dos nossos dias, doloroso exemplo.

Entende assim o autor que reforçar esta convicção vale por abreviar os prazos dentro dos quais se iniciarão — de modo sistemático — as pesquisas destinadas a evidenciar todo um novo setor informal de controle da criminalidade, a incidir especialmente sobre o campo da prevenção criminal, sem dúvida o mais carente. Restringe, por fidelidade às premissas de que se serve, o alcance das suas palavras ao meio rural, embora lhe pareça claro — com base na empírica pesquisa do seu cotidiano de urbanita — que idêntica providência está sendo requerida vivamente também pelas hoje vastíssimas áreas urbanas do país. Afinal, se existe entre nós um campo quase que inteiramente desassistido de pesquisas e levantamentos sérios, é este da violência criminal, quer nas cidades quer nos campos.

1. O HOMEM DO CICLO DO GADO

Tem sido freqüente entre nós o estudo das características do homem do ciclo do gado nordestino através do estabelecimento de um paralelo entre este e o seu vizinho litorâneo ou semilitorâneo, responsável pelo ciclo da cana-de-açúcar. Um e outro apresentam entre si fortes traços diferenciadores, a revelar nos sentimentos, nas atitudes, nas crenças, nos gostos, nas atividades profissionais e lúdicas todo um divórcio cultural perfeitamente caracterizado. São dois grandes mundos que coexistem na realidade física e humana do Nordeste, conferindo-lhe, quando reunidos, a fisionomia geral, o recorte inteiro deste quase que país dos nordestinos.

O verde que invadiu os olhos do colonizador dos primeiros momentos, passada a fase puramente predatória da extração das madeiras tintoriais, converteu-se em símbolo de uma fertilidade regular e generosa que se mostrou capaz de nos apontar não só as linhas mestras de um processo econômico de vocação autêntica, senão as próprias bases da nossa estrutura social, conforme nos revelou Gilberto Freyre com os seus estudos definidores e definitivos.²

À medida em que esse verde escuro das matas foi clareando com o avanço dos tratos de cana, mais fortes se mostraram as tendências voltadas para o assentamento de um sistema monocultor, crescentemente massificado em seu processo normativo de trabalho. O ambiente, sugerindo o tipo de

atividade econômica adotada e esta, predispondo o homem a uma atuação coletivista e de sentido repetitivo, onde, no dizer de Câmara Cascudo "as tarefas obrigam aos movimentos idênticos dos trabalhadores nos diversos grupos, na abertura de valas para irrigação, plantação ou soca das canas, limpa, corte, carreto nos carros de bois ou nos decoviles, carregamento do bagaço das moendas para a bagaceira, fornecimento da fornalha, e dez outros encargos, todos de grupos".³

No representante deste ciclo, a atividade econômica centrada nas primitivas almanjarras, nos bangüês e, posteriormente, nas usinas inoculou o sentido do trabalho coletivo, a consciência do contributo parcial de cada um para que, do esforço pluralista e coordenado, surgissem os frutos do trabalho. A regularidade dos fatores físicos atuantes sobre o meio permitiu, por outro lado, a formação mansa e progressiva de uma estrutura econômica relativamente estável, estabilidade que contaminaria também a relação do homem com o solo, sabido que toda atividade agrícola sugere sedentarismo e que a cultura da cana-de-açúcar não desmentiria entre nós esta tendência geral.

Quando em fins do século XVII e ao longo de todo o século XVIII a necessidade de expansão colonizadora empurrou o homem para além das léguas agricultáveis do massapé, projetando-o no universo cinzento da caatinga, fez surgir um novo tipo de cultura, cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo — no plano do trabalho — e nos sentimentos de independência, autonomia, livre arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado por este cenário agressivo e vastíssimo que é o sertão.⁴ Nele, diferentemente do que ocorreu na Mata, tudo se fez na insegurança. Dois anos de seca se mostravam suficientes para destruir o trabalho de dez, comprometendo a indispensável progressividade da economia, desestimulando iniciativas de vulto, gerando a inconstância de uma vida sem raízes, indefesa diante da irregularidade dos elementos. O sedentarismo, como forma de vida inspirada pelo sistema de produção, já ficou para trás. A pecuária nascente, bem ao contrário, sugere o nomadismo, o que se revela facilmente compreensível se atentarmos para a pobreza do pasto nas regiões semi-áridas, a exigir, por força de um rápido exaurimento, a abertura de áreas sempre novas para o gado.

A ausência de empreendimentos de porte, quer pela pobreza do meio físico, quer pela periodicidade imprevisível das secas, determinou a for-

mação de uma economia especial em que a agricultura se limitava às necessidades de sobrevivência e a pecuária, estimulada pelos anos de chuva, recebia a incumbência de formar o magro patrimônio do sertanejo. Nessa economia, a célula produtiva — a fazenda — não comportava o trabalho massificarlo, cumprindo a cada um o desenvolvimento de tarefas marcadamente individualistas, autônomas mesmo, quanto aos modos de execução. A disparidade do atuar de cada um, na realização das tarefas pecuárias, condicionou o homem do ciclo do gado, tornando-o — não custa repetir — individualista, autônomo, senhor de sua própria vontade e sobretudo improvisador.

Em estudo comparativo entre as áreas agrícola e pastoril, Oliveira Viana sustenta que o tipo social erguido à base do criatório supera o tipo agrícola na "combatividade", na "rusticidade", e na "bravura física", como decorrência do que ele chamou de "maneira mais agreste de viver", oriunda da "maior internação sertaneja" e do "contato mais direto com o genio".⁵ A estas como que superioridades apontadas por Viana no homem gadeiro, Fernando Denis vem juntar as talvez inferioridades representadas pela predominância entre eles dos temperamentos "apaixonados", "impetuosos" e, ao extremo, "ciosos", além de marcados por uma "sede de vingança que não conhece limites". Louva-lhes a franqueza, a generosidade, a hospitalidade, o apego à família — de que "poucas vezes se aparta" — e um desprezo militante pelo furto.⁶ Sobre o tema deste último registro de Denis, Graciliano Ramos, cem anos depois dele, escreverá que sendo a riqueza do sertanejo "principalmente constituída por animais, o maior crime que lá se conhece é o furto de gado. A vida humana, exposta à seca, à fome, à cobra e à tropa volante, tem valor reduzido — e por isso o júri absolve regularmente o assassino. O ladrão de cavalos é que não acha perdão. Em regra não o submetem a julgamento: matam-no".⁷

De homens "geralmente resolutos e bravos" nos dá conta o inglês pernambucanizado Henry Koster, em sua acurada observação de viagem, não lhes recusando um reconhecimento quanto ao serem "corajosos, sinceros, generosos e hospitaleiros", ainda que "extremamente ignorantes" e dados a "crenças nas encantações, relíquias e outras coisas da mesma ordem". E embora admitindo que "o sertanejo é uma boa raça de homens", adverte: "Essa gente é vingativa. As ofensas muito dificilmente são perdoadas e, em falta da lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos".⁸

Em linha aparentemente oposta à caracterização de "apaixonado" e

“impetuoso” feita por Denis, Euclides da Cunha delinea um sertanejo que, podendo embora possuir estes atributos como um braseiro interior, nega-os no comportamento ostensivo, especialmente em situações de confronto, nas quais “calcula friamente o pugilato”, livre de “expansões entusiásticas”, com vistas a não desperdiçar “a mais ligeira contração muscular, a mais leve vibração nervosa sem a certeza do resultado”. O sertanejo — sintetiza muito bem Euclides — é o homem que dorme na pontaria” . . . 9

Durante um longo período em que se plasmaram estas características, este homem não conheceu fatores que lhe orientassem o serviço, nem fiscais que lhe exigissem o cumprimento estrito de tarefas; não conheceu cercas que lhe barrassem o caminhar solto e espontâneo; não sofreu o disciplinamento da proximidade de padrões rigorosos e muito menos a ação coercitiva do poder público. Não soa estranho portanto que o arrojo pessoal, o aventureirismo e um acentuado gosto pelas soluções violentas aflorassem num homem com estas características. Nos seus menores gestos é possível surpreender os traços fortes da sobrançeria, do orgulho pessoal exagerado, das suscetibilidades agudas, especialmente no plano das questões de honra. Convém assinalar ainda a tendência ao misticismo, o culto da coragem e o apego ao direito de propriedade como fatores latentes que, ao se aliarem a causas imediatas — não raro, de pouca monta — produziam respostas violentas, estabelecendo o riquíssimo quadro criminal do ciclo do gado no Nordeste.

Mesmo em fases históricas bem recuadas, ainda ao tempo de um Brasil de território espichado litoraneamente mas pouco profundo, como foi, por exemplo, o do domínio holandês, podemos encontrar registros de confirmação deste temperamento agreste do homem pecuário. Um dos melhores se acha contido na “Memória” de Adriaen Verdonck, de 1630. Abandonando a área dos engenhos, no seguimento de viagem que empreendia naquele ano, Verdonck se depara com uma região próxima ao rio São Francisco na qual “existe grande quantidade de bois e vacas por causa do excelente pasto, de sorte que, por este motivo, os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras. . .” Linhas abaixo ele registra — não sem alguma surpresa — que “os moradores desta região, penso que são mais afeiçoados aos holandeses do que à gente da sua nação, porque quase todos são criminosos e gente insubordinada”.¹⁰

Não há indicação de diferença entre este quadro de vida quase selvagem e o que se insinua ante os olhos dos cronistas do século seguinte — que

se debruçam sobre um Brasil já restaurado e íntegro — um dos quais, o coronel Ignácio Accioly de Cerqueira e Silva, se vale de uma correlação entre homem e meio que, à época, ainda não seria certamente lugar comum, para descrever os sertões baianos, assinalando que todas as freguesias, “à exceção de seis ou sete, são mui agrestes, não só nos seus terrenos mas também nos seus habitantes, pois abundam de homens que não conhecem outra lei mais que a sua própria vontade e paixões, e as suas alfaias e trastes consistem em armas ofensivas”. Adiante, no que soa como exteriorização de horror diante da arrogância desafiadora de tais homens, declara que “pouco temem as justiças de sua Majestade e nada as da Igreja”.¹¹

Este homem agreste, produto não apenas da pastorícia e dos modos de vida do sertão mas também do desfrute de um poder privado ainda pouco ou nada atingido pelas restrições de uma — entre nós, tardia — ordem pública centralizada e eficiente, se irá convertendo em figura cada vez mais estranha às zonas arejadas do litoral, ao longo de todo o século XIX. Quando em outras áreas do país, especialmente nas litorâneas e como tal mais permeáveis aos influxos civilizadores que nos chegavam por mar, o fortíssimo poder privado surgido no período colonial já não mais desafiar com sucesso o poder público — que se vê fortalecido crescentemente a partir de meados do século XVII, segundo Caio Prado Júnior, por haver sacudido o jugo espanhol e expulso o holandês invasor, ou a partir do século XVIII, pelo início da mineração, no entendimento de Victor Nunes Leal¹² — o renitente isolamento em que irão permanecer os sertões brasileiros, especialmente os setentrionais, tornará possíveis e freqüentes estes desafios, não apenas no século XIX mas em bom pedaço do século atual.

À parte certas considerações superadas sobre mestiçagem, não há como discordar de Euclides da Cunha quando, fazendo expressa referência ao “abandono em que jazeram” os nossos “rudes patrícios dos sertões do norte”, conclui ser o sertanejo “um retrógrado” e não “um degenerado”.¹³ Realmente, é a imagem de um retrógrado que estamos pintando nesta tentativa de caracterização do homem sertanejo do Nordeste. Retrógrado porque envolto por toda uma estrutura familiar, política, econômica, moral e religiosa arcaica e arcaizante, fruto de um isolamento de séculos. É conhecida a religiosidade medieval do sertanejo, capaz de facilmente resvalar em fanatismo. Também o são a sua rigidez em questões de família, o admirável sentido fiduciário das suas relações negociais, o conservadorismo político arraigado e o precioso classicismo vocabular, este último tantas vezes confundido por

estudiosos apressados com o que seria um falar errado, quando na verdade se está diante do "português do século XVI", do falar clássico de Camões e Gil Vicente, segundo demonstraram os estudos de Mário Marroquim, de Virgílio de Lemos, ou ainda os de Câmara Cascudo.¹⁴

Já se vê, portanto, que o isolamento a que esteve relegado o sertão fez que nele se conservassem e mantivessem vivas certas formas primitivas de vida social chegadas ao Brasil e aqui mescladas ao padrão nativo. O efeito de estufa produzido pelo isolamento faria da sociedade sertaneja uma espécie de "quadro arqueológico da sociedade brasileira", conforme a definiu Costa Pinto.¹⁵ Desta forma, não há como fugir à conclusão de que os vários caracteres alinhados neste esforço de fixação do perfil psicológico-social do homem pecuário do Nordeste não representam realidades longinquamente superadas no tempo, a atraírem sobre si interesse apenas histórico. Ao contrário, todos estes caracteres se apresentam dotados de surpreendente contemporaneidade, por terem os fatores e circunstâncias que os produziram permanecido praticamente intocados até as duas primeiras décadas do século atual. Curiosamente, quando as estradas de ferro e de rodagem conseguiram devassar, em caráter definitivo, os domínios até então reservados à pata de burro dos almocreves — que, ao lado dos ciganos, eram quase que os únicos novidadeiros daquelas paragens — despejaram sobre as cabeças dos sertanejos quinhentistas todos os avanços sedimentados em três séculos de vida litorânea relativamente dinâmica. Nas zonas rurais, ainda mais do que nas escassas manchas urbanas sertanejas, isto se deu de modo doloroso e atordoante.

Em comentário feito sobre o sertão dos seus pais e avós, lembra Marilourdes Ferraz que "nos primórdios do século XX, a região sertaneja do rio Pajeú, em Pernambuco, permanecia estática no tempo, com seus habitantes vivendo quase tão isolados como os primeiros colonizadores que ali se estabeleceram".¹⁶

Não há exagero na conclusão nem no registro que lhe serve de abono. Este palco primitivo em que se desenrolou o ciclo do gado nordestino esteve mesmo armado até ontem e, em parte, ainda está.

Os sertões brasileiros, de certa forma, e os do Nordeste, em caráter especial, possuíram e possuem peculiaridades que não se podem esclarecer à margem do — tantas vezes aqui repetido — isolamento em que jazeram por séculos. Desde o processo de colonização por mar, que historicamente privi-

legiou o litoral, até a ausência de atrativos econômicos de uma área pobre em minerais valiosos, em vegetação e em animais nativos; área de sol causticante, de altas temperaturas, da falta quase completa de água, capaz de erguer o seu relevo acidentado e, não satisfeita, ericar a sua vegetação lacerante como que a dissuadir o colonizador de todo sonho expansionista, tudo isto se inscreve na corrente causal do isolamento comentado, ao lado de uma outra vertente não menos poderosa: o êxito econômico da colonização litorânea. A zona da Mata pernambucana, por exemplo, pelo poder de atração do florescente plantio da cana-de-açúcar, prendia e sedentarizava o homem. Tinha visgo. Era toda ela um grande papel de pegar moscas, se se pode usar a imagem. Destas, as que voavam além haviam de ter razão muito forte. Uma das mais freqüentes — dizem os registros históricos — era o débito para com a justiça ou mesmo para com os arremedos de justiça do poder privado.

Fossem ou não razões imperiosas de fuga da Justiça ou de algozes privados não menos fortes que esta, de desterro completo à guisa de esconderijo, ou mesmo uma certa atração que a atividade pecuária passou a exercer sobre os mais sequiosos de mando e de poder próprios — especialmente no período imediatamente posterior ao da expulsão dos holandeses — o certo é que o desbravamento do sertão selecionaria um tipo de homem particularmente tenaz. Com efeito, dele foi preciso requerer não só a superação de todos os fatores adversos enumerados acima como também a capacidade de enfrentar, de início, uma espécie de guerra desesperada, como aquela que Teodósio de Oliveira Ledo, por exemplo, levou a cabo no início do século XVIII contra as nações dos Tapuias, dos Pegas e dos Coremas, para que pudesse se estabelecer com sua gente nos campos do Piancó, nos sertões paraibanos. Finda esta guerra braba, que “deve ter durado de 10 a 15 anos” e reunido um contingente inimigo de “mais de 8 a 10 mil indígenas”, segundo Wilson Seixas,¹⁷ não se pense que os índios aceitaram cavalheirescamente a derrota, retirando-se em sua totalidade para campos afastados. Em parte, isto ocorreu. Mas é sabido que tanto neste episódio específico quanto em outros igualmente ilustrativos do desbravamento do sertão, a imagem definitiva, a mais fiel deixada pelo gentio em luta não foi a da guerra concentrada convencional mas a da desconcertante e vertiginosa guerra de guerrilhas. Esta, muito mais do que aquela, caracterizou a modalidade principal da resistência oposta pelo índio ao estrangeiro expropriador dos seus campos de caça: uma resistência longa e surda.

A um outro inimigo do sertanejo dos primórdios da colonização

— inimigo que lhe minava a base da atividade econômica, tornando escassos os lucros e fazendo perigar o êxito da indústria pecuária — se reportam cronistas e viajantes, a confirmar que o vulto dos prejuízos gerados por seus ataques tinha expressão. Trata-se de inimigo representado por alguns tipos de animais bravios de maior porte, à frente o mais indesejável deles, pela tendência de oposição natural à expansão pecuária, que é o felino. “A onça faz dura guerra a todos os gados do sertão”, escreve Fernando Denis na primeira metade do século passado, sem deixar de registrar a plena capacidade de resposta a mais este desafio desenvolvida pelo sertanejo, que “não é só pastor ativo, é ao mesmo tempo um caçador dotado de presença de espírito, e o animal que ele acomete quase sempre perde a vida”.¹⁸

A necessidade da convivência por longo tempo com um clima traiçoeiro — próprio das guerrilhas indígenas e das agressões de animais bravios, para não falarmos dos “facinorosos” que pululam nos documentos antigos — fez do sertanejo um homem naturalmente desconfiado, revelando-se nesta sua atitude permanente toda a insegurança da vida que levava, exposta às emboscadas, às escaramuças de surpresa, aos tiros de pé-de-pau, às agressões de curvas de caminho, de escuridão de noite silenciosa, e a tudo mais que lhe poderia reservar a ousadia de um viver temerário, em terra natural e socialmente inóspita. Assim, ao lado de todos os predicados já reunidos para a composição do perfil psicológico do homem do ciclo pecuário nordestino, deve figurar este último e nem por isso menos significativo: a desconfiança “a priori” ou, em outras palavras, a dificuldade que sente o sertanejo de confiar. Nele, a confiança não é a regra, é a exceção tornada possível pelos limitados momentos de convivência exclusiva com os familiares de sangue e com os que a estes são equiparados pelo compadrio. Diga-se, porém, em favor desta refreada confiança sertaneja que, uma vez estabelecida, costuma durar mais do que a que se firma com grande rapidez e alguma leviandade entre gentes menos cautelosas. Bom exemplo disto é a solidez proverbial dos vínculos de negócio no sertão. Nascidos quase sempre de um precedente positivo que lhes serve de abono, estendem-se ao longo das vidas dos implicados, sob o império imaterial da oralidade, da palavra empenhada, do compromisso de honra, num quadro somente compreensível em estádios menos complexos da vida social.

Ainda por esta vez nos deparamos com características que, reunidas às demais já acima enunciadas, compõem um perfil verbal bastante satisfatório da psicologia do homem sertanejo do Nordeste, ligado direta ou indireta-

mente à atividade pecuária. Como as demais características, estas últimas se prendem a condições sociais e naturais específicas, existentes — algumas delas — na mencionada região do Brasil ao tempo da chegada do desbravador e conservadas mais ou menos constantes em sua intermitência ou periodicidade, ou surgidas — outras delas — como frutos de primeira safra de uma dinâmica social que teve por base as influências recíprocas verificadas a partir deste momento inicial. Um outro ponto a ser assinalado é a nossa completa admissibilidade quanto ao caráter não apenas específico, se não mesmo exclusivo, de que gozam algumas das condições em referência, as naturais tanto quanto as sociais, do que resulta se poder falar de uma cultura do homem pecuário do Nordeste, que nada mais é do que o conjunto das respostas desse homem aos estímulos proporcionados por estas condições ou, em termos genéricos, o fruto dos esforços de adaptação do homem a ambientes naturais e sociais determinados, respeitadas certas nuances de base étnica cuja presença ativamente contribuidora para o produto final, que é o mencionado homem pecuário nordestino, não pode ser desprezada.

2. DA VIOLÊNCIA À CRIMINALIDADE: ESTRUTURA, FORMAS E AGENTES

Nesta parte do trabalho nos dispomos a analisar, ainda que de forma sucinta, as principais figuras responsáveis pela violência do ciclo, caracterizando os tipos de agentes criminais que mais se destacaram e tentando levar alguma luz sobre certas questões que dizem com a própria estrutura dessa violência, a partir mesmo dos processos de sua formação e sedimentação cultural.

Tentaremos promover aqui um breve desfile, que terá seu início com a figura romântica do *valentão*, prosseguindo com o *cabra*; o *capanga*; o *pistoleiro* assalariado; o *jagunço* e, finalmente, o *cangaceiro*, devendo este último ser analisado de forma justificadamente mais detida.

A violência como elemento presente na caracterização do ciclo do gado nem sempre assume aspecto de desvalor. Frequentemente vamos encontrá-la legitimada pela concordância com os ditames da chamada moral sertaneja, chegando em muitos casos a merecer louvores entusiásticos na gesta própria deste ciclo. Isto se passa, por exemplo, com a violência empregada na satisfação de um ideal de vingança, em que o gesto de desafronta é visto como um direito e até mesmo um dever do afrontado, de sua família

e de amigos mais chegados. Já disse Gustavo Barroso que, no sertão, quem não se vinga está moralmente morto.¹⁹

Esta excessiva tolerância para com o desforço violento de caráter pessoal ou familiar encontra suas raízes nos primeiros tempos da colonização sertaneja, quando o seu emprego se fazia necessário à difícil sobrevivência em face dos ataques de índios e animais bravios. Com o controle posterior desses fatores adversos, ela vai sendo liberada da canalização primitiva que se continha na relação colonizador-indígena ou colonizador-animal selvagem, para situar-se já agora numa relação em que o colonizador antagoniza o próprio colonizador.

Uma vez canalizada para a violência, a energia humana parece gerando violência ainda por muito tempo, mesmo quando os inimigos naturais que foram responsáveis pelo seu surgimento já não mais existem. Quando isto ocorre, o que se dá é uma reorientação do sentido dessa violência em busca de rumo diverso e não o seu amortecimento súbito. Quanto mais demorada tenha sido a fase cruenta de um processo de colonização, tanto mais duradoura se mostrará, via de regra, a permanência dos hábitos violentos, numa fase em que racionalmente já não mais se justificam. Isto que se deu no nosso ciclo do gado pode ser igualmente identificado na epopéia norte-americana da conquista do Oeste, se quisermos estabelecer o paralelo.

Lá, como aqui, deu-se a formação de uma tradição de violência tão rica como renitente. Ela surge e se consolida ao longo de todo o período de afirmação do colonizador sobre os oponentes nativos, possuindo — por assim dizer — legitimidade de berço e de escola, de vez que seu emprego não resulta de livre opção por parte de quem o faz mas de imperiosa necessidade de sobrevivência. O emprego de violência representa sempre um ônus inevitável e, assim, legítimo para o colonizador pioneiro, todas as vezes que se estabelece um processo de colonização resistida.²⁰

Aos olhos da sociedade de que este colonizador faz parte — e não é outro o referencial de valor utilizado nesta demonstração — também há legitimidade no emprego de violência em momento seguinte ao que vimos acima, ou seja, naquele em que a ainda ausente ou ineficaz ordem pública unitária é preenchida pela proliferação de um poder privado atomizado principalmente em mãos dos mais bem sucedidos desbravadores, mas que nem por isso deixava de tocar, em parcela proporcional, ao homem humilde, para o qual, diante de uma afronta, se abriam as opções do desforço pessoal e direto ou a da utilização sempre fácil dos favores de uma daquelas "patriarquias aristocráticas" que tanta impressão causariam a Saint-Hilaire.²¹ É o período em

que mais se afirma no Brasil a guerra ou vingança privada, cujo declínio corresponde ao robustecimento do poder público e da ordem política, numa seqüência natural que traz consigo uma novidade: presente a ação repressora oficial, os processos violentos empregados no exercício direto das próprias razões passam a ser vistos como processos censuráveis. Afastadas certas ficções jurídicas, como a do conhecimento geral da norma positiva, e ainda questões pouco claras de cunho jusnaturalista, não há como fugir à evidência de que só então é que o emprego privado da violência vem a perder o seu cunho tradicional de coisa legítima, passando a se confundir com criminalidade, com procedimento socialmente desvalioso e a ser, portanto, coibido.

Ora, já vimos que nos sertões setentrionais estas etapas — presentes, aliás, na normalidade de todo processo de colonização resistida — sofreram um desdobrar acentuadamente lento, uma quase estagnação, por conta do isolamento a que esteve secularmente relegada a área sertaneja. Com isto, em nenhuma outra região do país se pode dizer tenha demorado mais o período de enraizamento de uma tradição de violência, porque isto se passa principalmente na fase em que ela é tida como legítima, fase que, para a sociedade sertaneja, só viria a sofrer alteração significativa já em pleno século atual, conforme vimos acima.

Por tudo isto, a tolerância para com a violência deve ser encarada no universo cultural do ciclo do gado nordestino como um dos apanágios do próprio ciclo, não sendo, portanto, de surpreender o destaque social que neste universo desfrutava a figura do valentão, daquele homem que enganchava a granadeira e, viajando léguas e mais léguas, ia desafrontar um amigo, parente ou mesmo um estranho que tivesse sofrido algum constrangimento ou humilhação. Para tanto, era suficiente que o desvalido lhe invocasse o nome, pondo-se ao amparo das suas armas justiceiras.

Esta figura quixotesca impressionou vivamente a Henry Kostër. No "Viagens ao Nordeste do Brasil" vamos encontrar o seguinte registro: "Esses valentões eram homens de todos os níveis, cujo serviço consistia em procurar oportunidade para lutar. Frequentavam as festas e feiras e seu desejo era tornar-se tão célebre pela coragem que bastasse saber da sua presença para amedrontar as pessoas que intentassem promover brigas. Consideravam-se com o privilégio de vingar as injúrias próprias e dos amigos, não permitindo que houvesse barulho em que eles não fossem interessados".²² Não é outra a descrição acolhida por Costa Pinto, em seu livro "Lutas de Famílias no Bra-

sil". Referindo expressamente o depoimento de Koster, mais os de Von Spix e de Von Martius, esse autor amplia o conceito, trazendo a figura do valentão para o caldeirão irrequieto das lutas familiares que durante séculos se feriram no Brasil e que, em certos núcleos sociais mumificados, existentes sobretudo no Nordeste, ainda se ferem com todas as conseqüências cruentas. Preso ao objeto de seu trabalho, Costa Pinto naturalmente salienta no valentão uma das modalidades mais interessantes da sua atuação: aquela em que figurava como "braço vingador de famílias em luta".²³

Na zona sertaneja de Pernambuco são ainda hoje lembradas as sagas de alguns desses guerreiros famanazes, como Ângelo Umbuzeiro, Joaquim Ferreira, Antônio Serafim, Joaquim Manoel Frazão, Cipriano de Queiroz, Simplicio Pereira, Cassimiro Honório, José Antônio do Saco do Boi, Adolfo Velho Rosas da Meia Noite e Basílio Quidute de Souza Ferraz. Este último — vale o comentário — no auge de uma das difíceis questões em que esteve envolvido, renunciou aos seus nomes de batismo, passando a adotar o pomposo título de Basílio Arquiduque Bispo de Lorena!²⁴

Foram todos nomes festejados nas ribeiras do Pajeú, do Moxotó e do Navio — para nos atermos a Pernambuco — onde distribuíram alguma forma de justiça — um tanto "à la diable" — no tempo em que não existia nenhuma.

Do velho poeta repentista Manuel Clementino Leite, um dos antigos versejadores do sertão paraibano, ainda do século passado, retiramos alguns versos sobre valentões, lançados em desafio com o não menos célebre José Patrício. Não há melhor definição do que representava para o sertanejo essa venerável instância personalizada de justiça paralela, às vezes única. Clementino aponta a origem histórica do valentão através de uma ilustre ascendência bíblica; extrema — o do cangaceiro — a seu ver, uma figura moralmente menor; sustenta que a proibidade não se mostrava nele incompatível com a vida de questões; caindo finalmente num justificável casuismo, em que aponta os grandes do seu tempo e, por certo, da sua admiração de sertanejo e de poeta:

Desde o princípio do mundo
Quê há homem valentão
Um Golias, um David,

Carlos Magno, um Roldão
Um Oliveira, um Joab
Um Josué, um Sansão

Eu não chamo valentão
Cangaceiro vagabundo
Que quer ser um Deus na terra
Um primeiro sem segundo
Que vive a cometer crimes
E ofender a todo mundo

Tenho visto valentão
Ter sossego e viver quieto
Morando dentro da rua
Comprando e pagando reto
Trabalhar, juntar fazenda
Deixar herança p'ros neto

Só se esconde o valentão
Que vive com o pé na lama
José Antônio do Fechado
Morreu em cima da cama
Brigou, matou muita gente,
Morreu mas ficou a fama

Eu três homens valentões
No Pajeú conheci:
Quidute, Joaquim Ferreira,
E José Félix Mari
Mora dentro de Afogados
Tem grande negócio ali ²⁵

A segunda figura a ser estudada é a do cabra, também chamado por alguns de capanga ou jagunço, ainda que entre os três tipos haja diferenças que não devem ser ignoradas. Cabra é o homem de armas que possui patrão ou chefe, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva. Se na sua atuação há uma predominância do aspecto defensivo, da chamada guarda-costas, nos trabalhos de cobertura pessoal ao chefe, passa a receber, via de regra, a denominação de capanga, tipo mais discreto e confiá-

vel, que convive com o chefe em estreita intimidade, tendo adquirido, deste muito cedo e mais do que qualquer outro tipo aqui analisado, larga expressão urbana. A intimidade existente nesta vinculação que, no interesse da segurança, se estabelece entre o capanga e seu chefe, muitas vezes leva aquele a residir em casa deste, convivendo com sua família num à-vontade que só uma estreita confiança pode proporcionar. Narrando a morte de um chefe político do sertão de Pernambuco, Ulysses Lins de Albuquerque deixa transparecer a naturalidade com que era visto o trânsito doméstico do capanga quando diz, sem fazer qualquer ressalva: "Cavalcanti estava em casa com cinco capangas apenas e todos foram mortos pelo grupo assaltante. . .".²⁶ Quanto ao outro ponto de nosso comentário, o da expressão urbana de que desfrutou e, em parte, desfruta ainda esse capanga, desenvolvendo as artes da sua violência defensiva inclusive nas capitais mais populosas e desenvolvidas como o Recife e Salvador, onde pode ser facilmente surpreendida a sua presença ostensiva ao longo de todo o século XIX e primeiras décadas do atual, vale a pena transcrever este breve registro do memorialista Mário Sette, lançado no seu "Maxambombas e Maracatus", sob o título geral de "Os brabos": "Foram muito do Recife de ontem. Se-lo-ão ainda do de hoje, mas sem o relevo e a importância, quiçá o prestígio, de dantes. Uma classe. Erespeitada, garantida, difícil de acabar, mercê dos préstimos que possuía, máxime no capítulo da política. Os chefões da época os amparavam. Eram os "capangas". Quem não se lembra da aura de fama dos capangas? Apontavam-se o do doutor fulano, o do coronel beltrano, o do major cicrano. Bolir com um deles seria cutucar com os esteios do mundo velho. Viria tudo abaixo. Uma facada sorrateira, num virar de beco, era o menos que acontecia".²⁷ Como se vê, não há diferença de monta a assinalar entre o capanguismo rural e o urbano do Nordeste. Idêntico em suas linhas estruturais o fenômeno em uma e outra dessas áreas, como idêntica era a necessidade de segurança privada que lhe dava vida e alento proporcionais inversamente à eficácia da ordem pública então existente.

A diferença que se pode estabelecer, por outro lado, entre o cabra e o jagunço é que a atuação criminal do primeiro segue a sorte do chefe. Se este está em paz, o cabra cuida de botar uma roça ou se entrega a outra qualquer tarefa pacífica, embora se conserve sempre em alerta, com o potencial guerreiro em estado de latência. Com o jagunço se passa diferente. Ele é um profissional que escolheu o ofício das armas como meio de vida e não deseja fazer outra coisa. Encerrada uma questão em que esteve envolvido, despede-se do patrão — normalmente um fazendeiro ou chefe político — e vai ofere-

cer as suas armas a quem estiver em litígio. Para o jagunço a noção de chefe não tem o sentido personalizado e específico que se pode surpreender na visão do cabra. A propósito, lembra Ariano Suassuna que não raro este cabra é o morador, amigo ou compadre do fazendeiro em luta, casos em que a relação que entre eles se estabelece tem por base não um sentido profissional mas respeitáveis razões de amizade ou gratidão. 28

Comparado com o cangaceiro, é evidente que o cabra se queda em posição bem menos prestigiosa ante os olhos do homem do Nordeste. É curioso assinalar que o componente de média e baixa hierarquia de um grupo de cangaceiros, que era chamado normalmente de cabra pelos "paisanos", isto é, pelo povo em geral e, de modo particularmente enfático e cheio de desprezo, pela tropa volante, não o era assim por parte dos seus companheiros e de seu chefe. Por aqueles, como por este, ele era tratado de "rapaz". Aos coiteiros e aos amigos em geral também se impunha evitar o termo forte em benefício do nada ofensivo e quase carinhoso "rapaz". "Na Malhada do Tamanduá vim a perder alguns dos meus melhores rapazes", diria paternalmente um chefe de cangaceiros. "Sinhô Pereira andou na Mata do Pato ontem em companhia de apenas oito rapazes", diria um coiteiro. Não esquecer ainda que o tratamento era de todo gosto também do invocado, o que se comprova através da parte final de um bilhete de cobrança mandado por cangaceiro do grupo de Lampião a um certo senhor Francisco de Souza, da Bahia, e publicado pelo jornal "A Tarde", de 20 de janeiro de 1931, cuja parte final reza: "Sem mais, do seu criado e obrigado — Hortêncio, vulgo Arvoredo, rapaz de Virgulino"

A mesma competência específica de uso se faz presente no emprego dos coletivos correspondentes. Assim, para os bandidos, coiteiros, pessoas amigas ou simpatizantes, o "magote" ou grupo de cangaceiros reunidos não seria jamais "cabroeira", e sim "rapaziada". O seguinte verso guerreiro que ouvimos no sertão de Pernambuco, feito para Antônio Silvino e cantado fortemente na primeira pessoa, fornece uma confirmação tão clara quanto bela desse uso seletivo:

Eu junto meus cangaceiros
E grito à rapaziada
Defunto é minha lavoura
Este rifle é minha enxada
A chuva é a munição

Eu sou filho do sertão
Não perco uma só botada

O emprego do capanga, do cabra e do jagunço se fez largamente no Nordeste ao longo de todo o ciclo do gado, nas questões de terra, nas lutas de família e, de modo particular, nas disputas políticas. Neste último campo, enquanto o capanga e o cabra atuavam mais comumente na esfera municipal, o jagunço chegou mesmo a ser empregado em movimentos que convulsionaram o plano estadual, depondo governo constituído — como ocorreu no Ceará, em 1914 — ou provocando intervenção federal no Estado, pela ameaça de deposição do governo — fato ocorrido na Bahia, em 1920. Foram ainda estes jagunços que, agindo em sintonia mediata com o Governo Federal, através de chefes políticos do interior, compuseram a linha de frente da duríssima resistência oposta aos avanços da Coluna Prestes em nosso sertão, ao longo do ano de 1926. Como vimos, o chefe podia ser qualquer um e eventualmente este chefe de jagunços foi o próprio Governo Federal.

Num sertão em que o poder privado exerceu um mando incontestável até décadas atrás, o jagunço agrupado em exército particular era importante fator de prestígio para a grande maioria dos chefes municipais, cientes de que “o homem vale mais pelo mal do que pelo bem que pode fazer”, conforme se diz ali. Esse prestígio — confirma Ulysses Lins de Albuquerque — “alicerçava-se na manutenção de um pequeno exército de jagunços, sob as ordens dos chefes políticos”.²⁹

As distintas realidades do jagunço e do çangaceiro — este sem e aquele com patrão — fazem que os termos não se confundam salvo em casos de abordagem propositadamente genérica ou superficial do tema em estudo. É o que se dá com Euclides da Cunha em “Os Sertões”, em trecho no qual o cronista de Canudos deixa bem evidente o seu desinteresse em particularizações mais detidas.³⁰ Não tão desculpável é a posição de Rui Facó que, após apontar a falha de Euclides, em seu livro “Çangaceiros e Fanáticos”, incorre, poucas linhas abaixo, na desatenção de considerar o termo “jagunço” historicamente sinônimo de “capanga”, fazendo retroagir a um passado de várias décadas uma acepção que só nos dias de hoje, nos modernos conflitos entre proprietários de terra, posseiros e grileiros, é que vem se mostrando comum ao dois termos, e isto porque o verdadeiro jagunço, ao contrário do capanga, *hoje não existe mais*.³¹ Pouca atenção revela ainda esse autor ao confun-

dir completamente o capanga com o cabra, não deixando margem para qualquer distinção, mesmo a mais sutil.³²

Pertence a Rui Barbosa estas palavras de apologia ao valor guerreiro do jagunço, iniciadas por uma interrogação: "Jagunços? . . . Deus dê ao Brasil muitos desses, quando perigar a liberdade ou se houver de medir com o inimigo estrangeiro".³³

O que há de mais admirável na figura do jagunço é a maneira franca e, de certa forma, até mesmo ingênua com que se entregava ao seu ofício guerreiro, resultando daí que se o chefe o conduzia a uma causa nobre, o terrível sicário da véspera se convertia facilmente em herói festejado pelas gentes. Assim, quem fala em jagunço ou cabra fala em violência, mas não necessariamente em maldade ou torpeza.

A mesma compreensão não se pode ter para com o pistoleiro, tipo que analisaremos a seguir. O modo traiçoeiro com que age o matador de aluguel — o que se dá, vale a explicação que ouvimos da boca de um deles, não só em benefício do êxito da empreitada que lhe cabe executar, mas principalmente com vistas a reduzir a limite mínimo o seu próprio risco de vida — torna esta figura desprezível. Assinala ainda uma vez Ariano Suassuna que se trata de um tipo moderno de criminoso e que era raro no sertão de antes de 1930.³⁴ Temos por certo, entretanto, que ele conheceu uma forma primitiva e que esta se encarna nos velhos tocaieiros, conhecidos no sertão como "matadores de pé-de-pau", homens que montavam uma "espera" numa curva de caminho e aí permaneciam por dias e dias espreitando a passagem da vítima.³⁵ Vimos, faz alguns anos, um desses locais de tocaia nas caatingas do Carié, em Pernambuco. Pois bem, os dejetos humanos, de mistura com pontas de cigarros e restos de alimento, indicavam que a permanência dos tocaieiros se dera por período de quase uma semana.

Evoluído, segundo se mostra plausível, dos velhos tocaieiros, o moderno matador de aluguel já não mais espera a sua vítima. Vai-lhe ao encontro, corta-lhe o caminho e a abate, fugindo rapidamente. Em nossas pesquisas na zona sertaneja da fronteira entre Pernambuco e Alagoas conhecemos vários deles. Alguns, mais toscos, restringiam a sua atuação à caatinga, inserindo-se, portanto, na categoria mais antiga e nem por isto pouco florescente dos chamados pistoleiros rurais; outros, já com ares de almofadinha de cida-

de, gozavam de trânsito seguro e discreto em centros como Águas Belas, Garanhuns ou Bom Conselho, dando vida à atualíssima categoria dos pistoleiros urbanos; e há ainda casos como o de Floro Gomes Novaes — a quem conhecemos bem de perto — que era um típico homem da caatinga, mas que certa vez nos desconcertou com a declaração de que gostava muito do Recife. E quando lhe indagamos — movido por uma compreensível incredulidade — o que mais o atraía naquela cidade, ele respondeu sem pestanejar: o trem fantasma e os outros brinquedos da Festa da Mocidade! Ficamos então convencido de que ao famoso pistoleiro se deveria aplicar o neologismo de Geddes, introduzido entre nós por Gilberto Freyre, para classificá-lo como rurba-no...!

O pistoleiro mata para obter um ganho: seja em dinheiro, terras, gados, jóias ou outros valores. Difere do cabra e do capanga não apenas por agir normalmente sozinho, mas pela circunstância de não se relacionar diretamente com o mandante do crime, recebendo instruções e prestando contas a um intermediário, o chamado "empreiteiro", também conhecido como "cruzeteiro" na região do Sertão de baixo e do Agreste meridional, com centro na cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

Concluindo o estudo desta modalidade criminal, resta lembrar que ela desfruta ainda de inquietante atualidade em toda a zona sertaneja, como também, embora em medida menor, nas áreas mais desenvolvidas do litoral, não sendo nada estranha a sua presença em capitais como Salvador e Recife. O pistoleiro é tipo em franca evolução, mostrando-se adaptado às novas realidades do desenvolvimento e da crescente urbanização do Nordeste brasileiro.

3. CANGAÇO: DO ENDÊMICO TOLERADO AO EPIDÊMICO REPELIDO

Vejamos agora o cangaceiro, indiscutivelmente a personagem mais destacada e complexa de todo o elenco que estamos analisando.

Em estudo de comparação entre as culturas dos dois grandes ciclos nordestinos, afirmou Câmara Cascudo que o ciclo da cana-de-açúcar não poderia ter produzido o cangaceiro.³⁶ À parte algum exagero retórico que a frase parece conter, não resta dúvida de que o homem do cangaço disputa com o próprio vaqueiro a primazia no representar do modo mais completo o

conjunto dos atributos e qualidades que caracterizam o homem do ciclo do gado. As noções de independência, improvisação, autonomia e livre arbítrio conheceram nele seu cultor máximo. Ninguém o excedeu no dar asas soltas ao aventureirismo e ao arrojo pessoal. Ninguém mais do que ele soube gozar e sofrer, a um só tempo, as peculiaridades do viver nômade. Foi, a ferro e fogo, senhor de suas próprias ventas, atuando — como se diria com expressão bem nordestina — sem lei nem rei.

Ao contrário do que teimam em afirmar certos intérpretes, não é possível surpreender uma relação de antagonismo necessária entre cangaceiro e coronel, tendo prosperado — isto sim — uma tradição de simbiose entre essas duas figuras, representada por gestos de constante auxílio recíproco, porque assim lhes apontava a conveniência. Ambos se fortaleciam com a celebração de alianças de apoio mútuo, surgidas de forma espontânea, por não representarem requisito de sobrevivência nem para uma nem para outra das partes, e sim condição de maior poder. Por força dessas alianças, não poucas vezes o bando se colocava a serviço do fazendeiro ou chefe político, que se convertia, em contrapartida, naquela figura tão decisivamente responsável pela conservação do caráter endêmico de que o cangaço sempre desfrutou no Nordeste, que foi o coiteiro. Sobre o relacionamento — muito mais convergente do que divergente — do cangaceiro com o coronel, é interessante assinalar esta outra opinião de Graciliano Ramos, contida em seu livro "Viventes das Alagoas". Com a autoridade de ter sido ele próprio, durante largos anos, um ativo vivente de uma Alagoas que era chão e tempo de cangaço, sustenta Graciliano que a aliança se mostrava "vantajosa às duas partes: ganhavam os bandoleiros, que obtinham quartéis e asilos na caatinga, e ganhavam os proprietários, que se fortaleciam, engrossavam o prestígio com esse negócio temeroso".³⁷

Deve restar bem claro que esse relacionamento não produzia vínculo de subordinação exclusiva para qualquer das partes. A característica principal do cangaceiro, vale dizer, o traço que o faz único em meio aos demais tipos já aqui analisados, é a ausência de patrão. Mesmo quando ligado a coronéis, por força de alianças celebradas, o chefe de grupo não assumia compromissos que pudessem tolher-lhe a liberdade. A convivência entre eles se fazia de igual para igual, agindo o cangaceiro como um coronel sem terras, cioso das prerrogativas que lhe eram conferidas pelo poder das armas, sem dúvida o mais indiscutível dos poderes.

Houve cangaços dentro do cangaço — convém lembrar aqui. Em nosso estudo "Aspectos do Banditismo Rural Nordestino", publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, tivemos oportunidade de identificar modalidades criminais bem distintas, abrangidas sob o rótulo indiferenciado de cangaço.³⁸

Com base no que já havia sido sentido e acusado de forma não sistemática por autores como Câmara Cascudo, Irineu Pinheiro, Coriolano de Medeiros, Gustavo Barroso, Ariano Suassuna e, principalmente, Xavier de Oliveira,³⁹ foi possível isolar, dentro do quadro geral do cangaço nordestino, formas básicas perfeitamente caracterizadas, com traços peculiares inconfundíveis, capazes de atribuir colorido próprio exclusivo e fácil distinção entre si. Os que conhecem, ainda que superficialmente, a história do nosso banditismo rural sabem que a existência criminal desenvolvida por um Lampião, por exemplo, não pode ou, ao menos, não deve ser confundida com aquela levada a efeito por um Sebastião Pereira ou um Jesuíno Brilhante. No campo subjetivo diferiam as motivações, os interesses e aspirações. Como diferiam os gestos, as limitações e as atitudes, no plano objetivo. Diversos foram os fatores que condicionaram a adoção do viver pelas armas em cada modalidade, como diversa se mostraria sempre a medida da conduta no respeito a certos valores, no comedimento das ações e na própria violência empregada.

São em número de três essas formas básicas: o *cangaço-meio de vida*; o *cangaço de vingança* e o *cangaço-refúgio*, tal como as intitulamos no estudo citado.

A primeira forma se caracteriza por um sentido nitidamente existencial na atuação dos que lhe deram vida. Foi a modalidade profissional do cangaço, que teve em Lampião e Antônio Silvino os seus representantes máximos. O segundo tipo encontra no finalismo da ação guerreira de seu representante, voltada toda ela para o objetivo da vingança, seu traço definidor mais forte. Foi o cangaço nobre, das gestas fascinantes de um Sebastião Pereira, um Jesuíno Brilhante ou um Luiz Padre. Na terceira forma, o cangaço figura como última instância de salvação para homens perseguidos. Representava nada mais que um refúgio, um esconderijo, espécie de asilo nômade das caatingas, como dissemos no trabalho mencionado.

Se deixarmos de lado já agora estas distinções, fixando-nos na aceção de abrangência mais ampla da palavra "cangaço", aceção que traduz

apenas as linhas essenciais do fenômeno, tais como, o seu caráter grupal, a sua ambiência rural e o seu traço marcante da não subordinação a patrões ou chefes situados fora do bando, veremos que esta forma criminal conhece tradição bem antiga, sendo mesmo uma das mais antigas dentre todas as modalidades que floresceram e, em alguns casos, ainda florescem nesta região, especialmente em sua área seca.

Aprendida do índio, ao longo das primeiras escaramuças com que o colonizador português procurou firmar sua presença no solo que lhe cumpria conquistar, a guerrilha — essa mimética e efficientíssima forma de guerra sem cerimônias ou protocolos, de estonteantes avanços e recuos, emboscadas e negaças — cedo se poria a serviço do próprio colonizador, tanto se prestando a causas nobres, como a da Restauração Pernambucana, por exemplo, como a alimentar a técnica criminal trazida do velho mundo por alguns dos primeiros povoadores, em parte — como se sabe — sentenciados remetidos aos novos domínios pela Coroa Portuguesa. Com efeito, a necessidade de sustentar combates numa terra de topografia freqüentemente irregular, coberta de vegetação de densidade variável mas de presença contínua, exuberante nas matas, canaviais e mangues das areias e do massapé litorâneos, encapoeirada e espinhosa nas faixas agrestadas ou propriamente sertanejas, terras às quais se mostravam estranhos os grandes espaços abertos à européia, responsáveis pela formação de toda uma doutrina militar clássica, impõe ao colonizador uma atitude de humilde atenção para com os modos de guerrear dos nativos, e ainda que estes parecessem a princípio pouco dignos a olhos reinóis porque baseados em procedimentos traiçoeiros, à luz dos quais a emboscada e o assalto se revelavam procedimentos recomendáveis e o movimento de retirada longe de merecer censura se impunha sobre avanços temerários e mesmo sobre entrincheiramentos pouco práticos, vão sendo assimilados e desenvolvidos empiricamente por um imperativo de respeito à ecologia da terra por conquistar. Crescentemente vai-se produzindo esta assimilação de técnicas militares indígenas pela gente luso-brasileira, a ponto de, no século XVII, já ser comum a essa gente “a consciência de uma arte ou estilo militar próprio do Brasil e melhor adaptado às suas condições do que qualquer outro”, segundo salienta Evaldo Cabral de Mello.⁴⁰ Os movimentos de resistência ao holandês invasor, muito particularmente os que se desenvolvem após 1644, assistem à vitória sobre os padrões europeus da chamada “guerra brasílica” ou “guerra do mato”, que nada mais era que uma guerra volante onde a espingarda de pedernal preferia aos morrões, mosquetes e arcabuzes facilmente inutilizados pela chuva e de difícil emprego nos assal-

tos; onde o desprestígio das europeíssimas praças-fortes resultava da convicção de que não há lugar mais protegido do que o mato; onde a estrepitosa cavalaria cedia lugar ao cauteloso caminhar a pé, e onde, finalmente, os valores tradicionais da ética militar, como a bravura, a lealdade e a honradez, se viam substituídos pela mais completa velhacaria. Não esquecer também que esta forma especial de guerra — ainda aqui é Cabral de Mello quem o diz — “oferecia a única maneira de utilização militar da camada mais ínfima e economicamente marginalizada da população local, mestiços ociosos, malfeitores, foragidos da justiça d’El-Rei, inábeis para a disciplina das guarnições como antes já se tinham revelado refratários à rotina dos engenhos”.⁴¹ Eis aí a eficiente escola militar informal onde se graduariam tanto o heróico “capitão de emboscadas” da guerra contra os holandeses, responsável, muito mais do que o soldado do Reino e mesmo o veterano de Flandres, pelo terror da gente batava, quanto o “facinoroso” e “desprezível” chefe de bandidos, o cangaceiro “avant la lettre”. Nas mãos de um e outro, a sabedoria comum representada pela assimilação e pelo aperfeiçoamento de um ecológico modo de brigar indígena, ao qual se juntariam seletivamente alguns dos modernos artefatos e processos militares europeus para a consolidação de uma ainda tão pouco teorizada arte militar brasileira, que irá se mostrar aplicável, “mutatis mutandis”, com a mesma eficiência diabólica em trópicos de ecologia bem diversificada: no húmido da guerra contra o holandês, tanto quanto no seco das lutas de Canudos, onde a gente do Conselheiro novamente ensinará ao nosso soldado que aqui não se combate à européia.

Descrevendo os primeiros tempos da capitania de Duarte Coelho, Oliveira Lima refere várias vezes à insegurança que a caracterizava, pela irrefreada atuação de criminosos em permanentes correrias. No século XVII, ainda mais intensa se revela a ação de “salteadores” e “bandidos”, segundo palavras do mesmo cronista.⁴² Ao longo do período de colonização holandesa no Nordeste, vamos surpreender o nosso banditismo caboclo enriquecido pela presença de estrangeiros, desertores das tropas de ocupação, sendo de franceses e holandeses o contingente mais expressivo que se mesclava aos aventureiros da própria terra e aos negros fugitivos. E não ficamos nisto, apenas. Houve mesmo chefes de grupo que eram holandeses. Assim o caso do célebre Abraham Platman, natural de Dordrecht, ou ainda o de um certo Hans Nicolaes, que agia na Paraíba à frente de trinta bandoleiros por volta do ano de 1641. Três anos após esta data, em 1644, os manuscritos holandeses fazem referência a um outro chefe de bandidos que já se tornara notório: Pieter Pilot, igualmente holandês.⁴³ Eram os “boschloopers”, salteadores ou, literalmente, “batedores de bosque”, da designação holandesa do século XVII.

O século XVIII não fugiria à tendência até aqui vista, mostrando-se pródigos os registros históricos no que diz respeito ao assinalamento de violências cometidas por bandidos. Não esquecer que foi na segunda metade desse século que o bandoleiro pernambucano José Gomes, o célebre "Cabeleira", desenvolveu a sua atividade, tão rica em peripécias que viria a fazer dele um dos primeiros — se não mesmo o primeiro — desses campeadores a ser perpetuado pela chamada literatura erudita e não apenas pela popular, campo este último em que a sua presença legendária vem atravessando séculos, em versos como o pernambucaníssimo:

Fecha a porta, gente
 Cabeleira aí vem
 Matando mulheres
 Meninos também

Ou as seguintes formas variantes, igualmente populares:

Fecha a porta, gente
 Cabeleira aí vem
 Fugam todos dele
 Que alma não tem

Fecha a porta, gente
 Fecha bem com o pau
 Ao depois não digam
 Cabeleira é mau

Corram, minha gente
 Cabeleira aí vem
 Ele não vem só
 Vem seu pai também. ⁴⁴

No século XIX, presentes os mesmos fatores e condicionamentos, assiste-se ao mesmo panorama de insegurança do século anterior, mas com uma novidade: o sertão, que já se acha à época razoavelmente povoado, embora disponha de uma economia pecuária apenas incipiente, além de envolvida em luta tenaz contra um processo de decadência prematura cujos primeiros sinais datam de fins do século XVIII, começa a se converter no cenário por excelência do banditismo, até porque, no litoral, a colonização florescia em to-

dos os sentidos, permitindo uma repressão mais eficaz como fruto de uma estruturação social que crescentemente se aperfeiçoava.

É evidente que com o deslocamento do foco central do banditismo para o sertão, onde aliás ele viria a receber o batismo de "cangaço" ou "cangaceirismo",⁴⁵ não desapareceria o banditismo litorâneo. O que se quer dizer é que, a partir da primeira metade do século XIX, as evidências históricas demonstram que esta forma de criminalidade passa a se desenvolver no sertão em ritmo idêntico ao da sua decadência no litoral. E mais: no sertão viria o cangaço a se requintar notavelmente, tanto sob o aspecto quantitativo quanto sob o qualitativo, pelo aporte de uma rica tradição de violência, muito própria — como vimos — do ciclo do gado, de que este sertão não foi apenas cenário, mas condicionante ecológico-cultural decisivo.

Fornecendo ao banditismo um nome próprio de sabor regional, um tipo de homem vocacionado à aventura, um meio físico de relevo adequado à ocultação, coberto por malha vegetal quase impenetrável, e uma cultura francamente receptiva à violência, o sertão não poderia deixar de se converter no palco principal do cangaço.⁴⁶ Principal mas não exclusivo, havendo algum exagero nas palavras de Graciliano Ramos quando diz do cangaço ser "fenômeno próprio da zona de indústria pastoril, no Nordeste".⁴⁷ A nosso ver, mais certo anda Gustavo Barroso para quem "não somente nessas zonas sertanejas existem cangaceiros". Barroso amplia ainda mais a sua concepção ao sustentar que "os bandidos não são produtos exclusivos das terras brasileiras do Nordeste", isto porque "em todos os povos têm existido com denominações diversas".⁴⁸ Também a Câmara Cascudo esta uniformidade universal do banditismo não passou despercebida, entendendo ele que "o cangaceiro não é um elemento do sertão" e sim uma figura que "existe em todos os países e regiões mais diversas".⁴⁹ Entre os estrangeiros que se ocuparam do assunto banditismo rural de suas e de outras terras, poderíamos apontar, filiado a essa linha universalista, o italiano de uma Itália tão fortemente contaminada em sua época pelo banditismo, que foi Garofalo, autor do clássico "Criminologia".⁵⁰ A esses registros já históricos de Garofalo, de Barroso e de Cascudo, datados, respectivamente, de 1885, 1917 e 1934, veio juntar-se, nos dias correntes, o de Hobsbawn que, em seu livro "Bandidos", lançado em 1969, reafirma a tese da universalidade. "Geograficamente, o banditismo social se encontra em todas as Américas, na Europa, no mundo islâmico, na Ásia meridional e Oriental, e até na Austrália." diz Hobsbawn, com base em amplo estudo comparado.⁵¹

Não somente a realidade do fenômeno se mostra assim abrangentemente universal em suas características estruturais: o mito que sobre este vai-se formando, em decorrência do adensamento da gesta que envolve o nome dos mais bem sucedidos "capitães", parece ser o resultado de processo igualmente invariável e universal e que, visto agora sob ângulo particularizado, a nível de estudo do caso nordestino, apresenta duas facetas tão curiosas quanto freqüentes: a de seu surgimento ainda em vida da personagem celebrada — não raro isto se dá muito cedo na carreira do bandido — e a da sua permanência e mesmo crescimento após a morte dessa personagem. Não havendo, após isto, novas façanhas a comentar, esta permanência se faz muitas vezes às custas de um desprezo cada vez maior pelos temas deste mundo, em benefício do sobrenatural, em cujos domínios o cangaceiro desaparecido passa a conviver sem-cerimoniosamente com os residentes do céu e do inferno.⁵²

A despeito do que há de exato na fixação desse caráter universal — e, portanto, nem originária nem exclusivamente sertanejo ou nordestino ou brasileiro — do cangaceirismo e do processo de mitificação que parece acompanhá-lo invariavelmente, convém não esquecer o enorme papel do nosso sertão, com todas as contradições e peculiaridades da cultura pastoril, na formação da imagem que temos hoje do fenômeno cangaço. A imagem que ficou, e se conserva de modo mais generalizado em nossos dias, é cronologicamente a última, ou a penúltima. É a da década de 20 deste século, com o seu auge: 1926. Esta é a imagem de um cangaço gigante, cangaço do mosqueião, do "parabellum", da bala de aço furando pé-de-pau e exigindo trincheira de pedra, do bando de cento e cinqüenta homens, do ataque a cidade de luz elétrica, das primeiras páginas quase diárias dos jornais, da orgia — até financeira — dos trovadores populares, da freqüência às conversas do Catete e do Monroe, dos três, dos cinco, dos sete Estados da Federação. Aqui sim, se está diante de um cangaço tipicamente sertanejo e talvez a este e só a este tenha-se referido Graciliano Ramos quando disse ser fenômeno próprio da nossa zona pastoril. No Nordeste, com esse volume todo, de fato o foi. Mas pelo volume, não pela forma, fique sempre claro.

Do casamento de uma modalidade criminal de si mesma rica em violência — como é o caso do cangaço — com um ambiente natural e social profundamente predisposto a esta violência — caso da área sertaneja do Nordeste — resultaria o surgimento, a partir de meados do século XIX, de um banditismo rural cada vez mais desenfreado, findando por levar a região a um clima que beirava o socialmente convulsivo, nas duas últimas décadas daquele

século, e que foi capaz de produzir, na primeira metade do atual, sagas criminais de dimensões nunca vistas em qualquer outro período anterior da história do Nordeste, como as de Antônio Silvino e principalmente a de Lampião.

Convém particularizar melhor o assunto, o que faremos através da indicação de dois momentos máximos de recrudescimento do cangaço, selecionados a partir dos vários registros que compõem a história do fenômeno no Nordeste, na qual ele figura quase ininterruptamente como ocorrência de sentido crônico em largas áreas da região, desde as primeiras etapas do esforço colonizador. Embora estas indicações impliquem sempre em algum subjetivismo indesejável, cremos não se mostrar historicamente temerário apontar o ciclo da grande seca "dos dois setes", no século passado, e a já referida década de 20, no atual, como dois momentos nos quais o paroxismo da ação desenvolvida pelos grupos em armas faz com que a habitual cronicidade do cangaço se aqueça até o ponto de ceder lugar à instalação de um quadro agudo muito próximo de uma convulsão social generalizada.

A importância de que se assinalem estes dois momentos, nos quais o fenômeno evolui do ordinário-endêmico para o extraordinário-epidêmico, está no fato de ter sido sempre possível à sociedade sertaneja — e dela não excluimos aqui o componente representado pelo poder público — conviver, sem maiores traumas, ou, ao menos, sem traumas insuportáveis, com o cangaço. Não custa lembrar que esta sociedade surgida da pata do boi, da luta permanente contra o meio hostil e da afirmação cruenta sobre os primitivos habitantes era uma sociedade violenta, que vivia sob a égide do épico, naquela atmosfera "admirável nos seus efeitos dramáticos" a que se referiu Caio Prado Júnior ao comentar precisamente o tipo humano da pecuária setentrional no Brasil.⁵³

Ninguém mais do que o cangaceiro encarnou esse épico tão querido, dando-lhe vida ante os olhos extasiados do sertanejo. Por força disto, ajusta-se perfeitamente à realidade uma representação da sociedade pastoril do Nordeste em que o contingente populacional se mostre dividido entre os que apenas convivem bem com o cangaceiro e os que — como geralmente se dava com os jovens — chegam francamente a admirar-lhe os feitos guerreiros.

Ninguém mais idôneo do que o poeta sertanejo Francisco das Chagas Batista, contemporâneo e biógrafo de um grande do cangaço como Antônio

Silvino, para retratar com fidelidade o ambiente sertanejo e nele, a imagem social do cangaceiro:

Ali se aprecia muito
Um cantador, um vaqueiro
Um amansador de poldro
Que seja bom catingueiro
Um homem que mata onça
Ou então um cangaceiro. 54

Esses surtos de cangaço epidêmico, em cuja etiologia se acham sempre presentes fatores de desorganização social e de conseqüente inibição das atividades repressoras, tais como, revoluções, disputas locais, agitações de fundo místico ou político ou social, lutas de família e principalmente as prolongadas estiagens, provocavam o rompimento do equilíbrio que permitia à sociedade sertaneja viver, produzir e continuar crescendo lado a lado com o cangaceiro, com base num compromisso tácito de coexistência. Falando inicialmente de um tempo de cangaço apenas endêmico, em que "cangaceiros bonachões preguiçavam", mandando aqui e acolá emissário que "chegava à propriedade e recebia do senhor uma contribuição módica", Graciliano Ramos, em artigo contemporâneo ao segundo dos momentos epidêmicos aqui analisados, assinala que "tudo agora mudou", denunciando em seguida que "os bandos de criminosos, que no princípio do século se compunham de oito ou dez pessoas, cresceram e multiplicaram-se" e que "já alguns chegaram a ter duzentos homens". E ele próprio conclui que, em conseqüência disto, "as relações entre fazendeiros e bandidos não poderiam ser hoje fáceis e amáveis como eram". 55

Nada de diverso se passou durante o outro apogeu mencionado, o que corresponde ao período da seca de 1877-79, em que também se rompe esse especialíssimo compromisso de coexistência que ligava o sertanejo ao cangaceiro, por força de uma admiração mal disfarçada pela liberdade selvagem que este último encarnava e que lhe permitia materializar, no aqui e no agora do cotidiano, o conteúdo talvez mais forte do arquétipo mental do sertanejo do Nordeste: o individualismo arrogante, aventureiro e épico, plantado ali nos primeiros momentos da colonização e conservado sem contraste ao longo de séculos pela ausência de contaminação externa que o isolamento sertanejo proporcionou. Mas nada disto importa agora. Com o rompimento

do compromisso, impõe-se ao sertanejo denunciar o cangaceiro mais próximo, o que passa em sua porta, malsinar o cangaço em geral, esbravejar, fazer tudo o que estiver ao seu alcance para obter a restauração de um clima que, se não chegava a ser jamais de inteira e completa segurança individual e da propriedade, era ao menos tolerável, no relativismo das garantias oficiais deficientes, sob cujo império mambembe sempre viveu o sertão. A seca de 1877-79, talvez a maior de todos os tempos, representa momento bem eloqüente no demonstrar esse jogo de substituição momentânea do banditismo endêmico pelo epidêmico mais desabrido, a suscitar empenhos de governo igualmente especiais, em consequência do forte alarido do povo, multiplicado pela imprensa. Na Fala com que encerrou a 1a. sessão e abriu a 2a., da legislatura da Assembléia Geral do Brasil do ano de 1879, lamentava o Imperador a quebra "em alguns lugares" da "segurança individual e da propriedade". "As causas notórias — dizia ele aos parlamentares — por mais de uma vez trazidas ao vosso conhecimento, acresceram outras provenientes da calamidade da seca e consequente mudança da condição e hábitos da população. O governo empenha-se em combater essas causas e acredita que cessando os efeitos daquele flagelo e mediante a enérgica repressão ao crime, seja mantida a segurança individual e respeitada a propriedade".⁵⁶ Na superposição das causas extraordinárias oriundas da seca, e como tal transitórias, àquelas de caráter ordinário e crônico — "causas notórias", segundo as imperiais palavras — se contém toda a estrutura da criminalidade rural tornada epidêmica. A história nos mostra que esse beijo trágico une condições sócio-culturais básicas a uma causalidade episódica deflagradora. À fixidez das primeiras, opondo-se a mutabilidade da segunda, que tanto pode ser uma seca como uma agitação política ou qualquer outra convulsão socialmente traumática responsável pelo afrouxamento das estruturas sociais e consequente inibição do aparelho repressor. Não esquecer o importante indicador representado pela quebra, nesses momentos, do compromisso tácito de coexistência entre o homem do sertão e o cangaceiro, capaz de eclipsar a admiração daquele por este e de, em decorrência, decretar uma perigosa — para os cangaceiros, já se vê — suspensão de determinadas atitudes comissivas ou omissivas com as quais o sertanejo exercia uma espécie de militância tácita e difusa em favor do cangaço endêmico, vale dizer, do cangaço moderado e tolerável dos tempos normais. Citando Bournet, autor do "La Criminalité en Corse", de 1887, afiança Garofalo que "na Córsega a criminalidade endêmica, uma ou outra vez comprimida por uma forte repressão, ressurgue sempre que esta afrouxa".⁵⁷ Como entender esta realidade irmã gêmea da nossa e de tantas outras que vimos acima senão pela admissibilidade de uma colaboração popu-

lar ao banditismo, representada ao menos por uma conduta omissiva? Ainda assim, pareceu-nos bem clara a idéia de que antes de demonstrarmos a quebra, por ocasião dos surtos epidêmicos, do especialíssimo compromisso que unia o homem pecuário do Nordeste ao cangaceiro, cumpria-nos evidenciar ao menos alguns aspectos dessa mais que complexa aliança, além de, como é natural, demonstrar a sua própria existência. Aliás, não é outra coisa o que vimos fazendo nestas últimas páginas: mostrar o quanto o cangaceiro realizava os valores de uma sociedade peculiar em muitos de seus aspectos, abafada pelo isolamento, agredida por todo um conjunto de fatores naturais e sociais hostis, além de inviabilizada crescentemente, sobretudo a partir de fins do século XVIII, por um processo de decadência econômica que negava ao homem maiores oportunidades de ascensão pelas vias ditas normais ou legais, fornecendo ao mesmo tempo a este homem uma via atapetada por inegável chancela cultural — que era o cangaço — através da qual ele poderia saciar os humanísimos requerimentos de mando, prestígio, dinheiro e notoriedade, exercendo uma “profissão” cheia de aventuras, nada monótona, sedutora, mesmo, pelo que nela é oportunidade de protagonizar o épico tão do gosto sertanejo.

Não nos parece este um esforço desnecessário. Os que conhecem os fatos históricos do cangaço e os a este vinculados diretamente, como os que resultam da reação oficial à sua existência, sabem não ser fácil encontrar registros diretos dessa colaboração dada pelo sertanejo ao bandido. Na boca da polícia tais registros sempre pareceram desculpa para os reiterados insucessos, o que não deixava, em algumas ocasiões, de ser verdade. Em todo caso, por basicamente suspeitos, não surgiram em profusão e, quando surgidos, não mereceram muita importância. Igual impedimento tocava aos políticos, só que por uma outra razão: a de não desagradar o eleitorado que jamais poderia encarar racionalmente a sua condição de colaborador, não o do tipo específico, o coiteiro — não é a este que estamos nos referindo aqui — mas o genérico, aquele que, espécie de coiteiro cultural do cangaço, fez da sociedade sertaneja toda ela uma sociedade coiteira, a justificar uma frase que ouvimos de um velho e ilustre sertanejo que mascateara, ainda menino, no Pajeú de 1914, Gerson Maranhão, que insistia em afirmar que “naquela época, todo mundo era cangaceiro”. E explicava: “todo mundo era do partido do cangaceiro”.

Tocando de leve no tema da generalização do cangaço, em seu livro “Violeiro do Norte”, Leonardo Mota transcreve versos bem eloquentes, da

autoria de João Melquíades, o "cantor da Borborema", a quem não falta — segundo Leonardo — "a insuspeição de falar *ex domo sua*", ao descrever o cangaceirismo na área do Piancó paraibano:

Quando eu falo em Piancó,
Sinto a carne me tremer. . .
Ali, pra se ver defunto,
não precisa adoecer:
Qualquer intriga é bastante
pra se matar ou morrer

Ali ninguém mais ignora
Já todo mundo anda armado
Porque quem vai tomar banho
Leva seu rifle embalado,
E só se apanha algodão
Com o bacamarte de lado

Quem deseja fazer barba
Pega no rifle primeiro,
Marchando assim prevenido
Para a casa do barbeiro,
Não tira o rifle da mão,
Porque tudo é cangaceiro ⁵⁸

Aos olhos do antigo cantador e embolador alagoano Manoel Moreira, a ribeira pernambucana do Pajeú nada ficava a dever ao chão quente da Paraíba:

Eu tive medo
De descer o Pajeú
Que é pasto dos urubu
Terra de morrê e matá!
Cabra de lá
É macho na lazarina,
No fuzil, na carabina,
No cacête e no punhá ⁵⁹

Nascido e criado na ribeira heróica, Antônio Silvino poderá declarar, servindo-se do talento poético de Francisco das Chagas Batista:

Como ninguém ignora
Na minha pátria natal
Ser cangaceiro é a coisa
Mais comum e natural;
Por isto herdei de meu pai
Esse costume brutal. . .⁶⁰

Por tudo isto, cresce enormemente de valor um registro aparentemente desprezioso feito pelo governador Sérgio Loreto, de Pernambuco, no qual, referindo-se a uma realidade pouco anterior à década de 20 deste século, sustentava que a difícil e quase impossível extinção dos bandidos — especialmente os do grupo de Lampião — se devia, entre outros fatores, ao “curso que, por timidez ou cumplicidade, vezes lhes emprestam os habitantes das zonas onde os facínoras desenvolvem o seu raio de ação, homiziando-os ou desviando a orientação das forças em seu encalço, por meio de boatos tendenciosos e perversos”.⁶¹ Um outro registro oficial igualmente elucidativo e referente a período anterior, exercício de 1908 — reinado de Antônio Silvino, portanto — é o que se contém no relatório apresentado ao governador de Pernambuco, Herculano Bandeira de Mello, pelo secretário geral do Estado, Aníbal Freire da Fonseca. Este, impressionado com certas afirmações contidas em relatório que lhe fora apresentado pelo chefe de polícia, Ulysses Gerson Alves da Costa, e que “evidenciam a culpabilidade de parte das próprias populações no mau êxito da ação do governo”, transcreve todo um trecho desse relatório, no qual o chefe de polícia sustenta sem meias palavras que “o que é doloroso de dizer é que essas populações criam toda espécie de obstáculos à ação da polícia, negando esclarecimentos aos comandantes das forças e facilitando a fuga dos bandidos”. Adiante, complementando a informação, declara com propositado tom de mistério: “Cidadãos qualificados há que também procedem assim”. . . Cauteloso, não lhes revela os nomes, limitando-se à-queixa surda de que “quase sempre são estes os que mais acusam a polícia pelo resultado infrutífero das diligências”.⁶² Nesta mesma linha, vamos encontrar ainda um outro registro, quase um protesto, de experimentado oficial da polícia pernambucana, Optato Gueiros, que, entre os anos 20 e 30, esteve à frente de volantes de repressão ao banditismo em vários Estados da região e para quem “somente quem está nesse serviço pode fazer uma idéia precisa do que seja a oposição que encontram

os volantes da parte dos que residem pelos matos". E não se recusa a arriscar uma explicação: "Uns por medo dos cangaceiros e outros por considerá-los amigos e até benfeitores".⁶³

Ao lado de todos estes rasgos oficiais de corajosa sinceridade da parte de políticos, de administradores públicos, de policiais, traduzidos em registros que — repitamos — longe de pecarem pelo excesso, são dificilmente encontrados porque sempre impopulares e impopularizadores da imagem pública de seus autores, vamos encontrar a imprensa igualmente se ocupando do tema e vislumbrando, sem peias ou receios quaisquer, uma "atmosfera de apoio" que circundava os cangaceiros, o que — para nós — só se explica pela existência nas áreas em que isto se dá, de uma cultura profundamente afinada com os procedimentos violentos, com as atitudes de desforço pessoal ou familiar direto e pelas próprias mãos, e com o arraigado culto à coragem, à valentia e ao gesto heróico, pouco importa seja este último esboçado contra a lei, esta forma coativa de desbordamento dos valores urbanos sobre os rurais, que outra coisa não é aos olhos do sertanejo. Neste caso, viva o herói e morra a lei, pois o que importa mesmo é aquela norma paralela, consuetudinária e viscosa, transmissível de pai a filho, que consiste na imaterial codificação de um "dever ser" autenticamente rural, fruto do que consideramos uma cultura da violência honrada e épica, que tem nos sertões do Nordeste pecuário um de seus palcos mais característicos e se enlaça com realidades de sítios semelhantes espalhados pelo mundo, nos quais a violência de honra conseguiu se incorporar às mais vivas e abonadas tradições culturais.

Mas vejamos o que dizia a imprensa, através de articulista anônimo do jornal "O País", ainda em 1908, acerca dos cangaceiros do Nordeste: "Essa gente vive rodeada do mesmo prestígio inconcebível e impressionador que os mais populares bandidos, quando à testa de grupos mais ou menos numerosos de malfeitores, fugitivos das prisões e desclassificados sem escrúpulos e dispostos para tudo têm sempre gozado entre os moradores das terras afastadas dos centros de civilização, onde esses facínoras encontram seguro agasalho, uma proteção que vai à raia do heroísmo e uma cumplicidade moral que só por milagre escapa às malhas do Código Penal". E numa como que conclusão de estudo comparado, reveladora de boa erudição sobre o tema, arremata: "Os salteadores da Calábria e da Serra Morena, que hoje só pertencem ao domínio da legenda, como os heróis da célebre tragédia de Schiller, não poderiam ter durante séculos continuado as suas façanhas históricas sem essa atmosfera de apoio que os circundava".⁶⁴ Essa "atmosfera

de apoio" é um dos frutos mais característicos de uma cultura da violência; fruto e ao mesmo tempo exteriorização sensível e apreensível desta. No Nordeste pecuário brasileiro, ontem como hoje, esse indicador facilmente fornece ao analista a certeza de que ali se formou e ainda teima em existir — embora amortecida, é natural — uma cultura da violência de honra, hoje profundamente anacrônica mas que ainda tem força para, por exemplo, lançar ferozmente famílias contra famílias em mais de um ponto dos sertões pernambucanos e nordestinos, em disputas duradouras, acirradas e cruentas, e isto em pleno final do século XX, vésperas do XXI.

No verso seguinte, Francisco das Chagas Batista vai além do simples registro de aspecto biográfico de Antônio Silvino, para fazer involuntária e nem por isto menos valiosa observação sócio-cultural, na linha do que vimos tentando demonstrar neste trabalho:

No bacamarte eu achei
Leis que decidem questão
Que fazem melhor processo
De que qualquer escrivão
As balas eram os soldados
Com que eu fazia prisão ⁶⁵

O mesmo se dá com este outro, atribuído por Optato Gueiros ao próprio Lampião e que teria sido encontrado em um bernal perdido em combate e recolhido pela tropa sob o comando desse oficial:

Se reuniram os três irmãos
Cada qual mais animado
Disse eu ao pai já velho
Bote a questão prá meu lado
E deixe estar que o meu rifle
É um bom advogado ⁶⁶

No momento em que concluímos este estudo da violência no ciclo do gado nordestino, não podemos fugir à reflexão de que, mesmo em seus aspectos mais trágicos, essa violência apresenta sempre nuances de uma nobreza viril, tão característica do homem desta região, em geral, e do sertanejo, em particular. Não há motivo de desdouro para nenhum povo pela presença de traços de uma violência ativa na história da sua formação. Os es-

panhóis chegam mesmo a cultivar certos aspectos cruentos da sua cultura. Que não se vá a tanto — dizemos nós — mas que se reconheça sempre nos elementos de violência que pontilham a crônica do ciclo do gado setentrional o que neles houve de mais expressivo para a formação de um patrimônio admirável: a saga de um povo forte.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — MOTA, Leonardo. *Violeiros do Norte*. 4. ed. Rio de Janeiro, Liv. Editora Cátedra, 1976, p. 160.
- 2 — Principalmente em Casa-Grande & Senzala, mas não apenas neste livro senão em grande parte de sua obra geral, Gilberto Freyre é levado a estudar o sistema de produção das grandes plantações fundadas no Nordeste verde, cujos fatores tecnológicos, econômicos, ambientais e demográficos ele demonstraria se encontrarem na base do processo de moldagem das relações desenvolvidas entre o branco e as raças de cor com as quais viria a se defrontar. Na análise detida e penetrante do modo de produção surgida à luz do "plantation" nordestino, que necessariamente teve que empreender, o leitor poderá encontrar um seguro roteiro para o aprofundamento do estudo da cultura do ciclo da cana-de-açúcar, assunto tocado de forma um tanto leve no presente trabalho, por interessar ao autor meramente opor as características deste ciclo àquelas próprias do que teve por palco o Nordeste seco.
- 3 — CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1956, p. 9.
- 4 — Parece oportuno chamar a atenção aqui para a sugestiva Carta Régia de 1701, referida por Roberto Simonsen em sua "História econômica", tomo 1o., pág. 230, pela qual os criadores, em divergência com os plantadores de cana e mandioca, se viram obrigados a procurar no sertão terras diferentes das exigidas por essas culturas. Ao lado de outros, este fator responde pelo incremento da internação sertaneja ao longo do século XVIII, por isto que a citada Carta Régia, tomando a defesa dos interesses dos senhores de engenho, determinava que o criatório só poderia se fundar para além de uma faixa de dez léguas da costa.
- 5 — OLIVEIRA VIANA. *Evolução do povo brasileiro*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1933, p. 68.
- 6 — DENIS, Fernando. *Brazil*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1845, t. II p. 117.
- 7 — RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. 5. ed. Rio de Janeiro, Record; São Paulo, Martins, 1975, p. 124-5.
- 8 — KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2 ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978, p. 161.

- 9 – CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1902, p. 122.
- 10 – GONSALVES DE MELLO, J. A. Dois relatórios holandeses. São Paulo, Coleção Textos e Documentos III, *Revista de História*, 1977, p. 21.
- 11 – SILVA, Ignácio Accioly de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1937, vol. 5, p.129.
- 12 – LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 69. Sobre o entendimento de Caio Prado Júnior, consultar *Evolução política do Brasil*, p. 67 e seguintes, *História econômica do Brasil*, p. 59 e 60, e *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 314.
- 13 – CUNHA, op. cit. nota 9 p. 113
- 14 – CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o sertão*. 2 ed. Natal, Manimbu, 1975, p. 42 a 48. Sobre o assunto, consultar ainda o trabalho *Língua do Nordeste*, de Mário Marroquim, São Paulo, 1934, e *A língua portuguesa no Brasil*, de Virgílio de Lemos, Bahia, Anais do V Congresso de Geografia, 1917.
- 15 – COSTA PINTO, Luís Aguiar da. *Lutas de famílias no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1949, p. 61.
- 16 – FERRAZ, Marilourdes. *O canto do acauã*. Belém, Falângola Ed., 1978, p. 19.
- 17 – SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, (21): 68, 1975.
- 18 – DENIS, op. cit. nota 6 p. 118.
- 19 – BARROSO, Gustavo. *Heróis e bandidos*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1917, p. 59.
- 20 – Sobre a natureza variada e tenaz dessa resistência aos passos do branco invasor, vale transcrever trecho de Luís da Câmara Cascudo, contido no capítulo "Fundamentos da Família Sertaneja", do seu já mencionado "Viajando o Sertão": "O Sertão foi povoado, dos fins do século XVII para o correr do século XVIII, por gente fisicamente forte e etnicamente superior. Enfrentava os índios quem não tinha medo de morrer nem remorsos de matar. As famílias seguiam o chefe que ia fazer seu curral nas terras sabidamente povoadas de paiaucus, janduis, panatis, pegas, caicós, nômades atrevidos, jarretando o gado e trucidando os brancos. Tivemos, pois, como fundamento da família sertaneja, o homem pastoril, afeito às batalhas do campo, às necessidades das descobertas de novas pastagens". E acrescenta: "A necessidade da defesa imediata contra o índio implacável criou o uso indispensável das armas, o emprego do desforço pessoal, a confiança em seus próprios elementos de defesa, o orgulho das pontarias seguras e das armas brancas, manejadas agilmente". Não é outra coisa o que diz Loreto Couto, em seu livro *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, sustentando, com palavras autorizadas, que os índios, "desde a serra da Borborema até o Rio do Peixe, que compreende setenta e oito léguas, formavam muitas aldeias. É terra dilatada e fertilíssimos cam-

pos, vistosos outeiros e cortada de altíssimas serras, e por isso acomodada habitação para muitos milhares de homens. Sofriam mal que os portugueses cada dia fizessem entrada por aquelas terras, fazendo-se senhores do mesmo sertão em que iam fundando sítios e fazendas de criar gados vacuns e cavalares. Como conservavam o ódio contra os portugueses que lhes haviam tomado os lugares marítimos, confederados com os sucurus, panatis, icozinhos e coremas, levantaram-se e, pondo-se em armas, davam de repente em diversas partes, matando e roubando nelas e pelos caminhos tudo quanto achavam, com confusão desordenada dos moradores que em nenhum lugar se davam por seguros das suas hostilidades. Soberbos com as vitórias que no sertão alcançavam, desciam em tropas e acometiam as nossas povoações que assolavam a fogo e ferro”.

Vale este último comentário de Loreto Couto sobre uma das mais aguerridas nações em luta: “Era a nação corema sobre valerosa, tão encaprichada em sua opinião que nem forças a abalavam nem razões a moviam; desprezava partidos e zombava das nossas armas. Tinham por glória e honra morrer na campanha, quantos mais lhe matávamos tantos mais se metiam nos conflitos”.

- 21 – Apud COSTA PINTO, op. cit. nota 15 p. 55.
- 22 – KOSTER, op. cit. nota 8 p. 254.
- 23 – COSTA PINTO, op. cit. nota 15 p. 166.
- 24 – ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. *Três Ribeiras*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1971, p. 60.
- 25 – BAPTISTA, Pedro. *Capangaceiros do Nordeste*. Paraíba do Norte, Liv. São Paulo, 1929, p. 258 a 261.
- 26 – ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. *Um sertanejo e o Sertão*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957, p. 145.
- 27 – SETTE, Mário. *Maxambombas e Maracatus*. Livraria Universal, 1938, pág. 97. É muito completa e interessantíssima a memória deixada por este autor sobre as agitações quase que cotidianas da capangagem urbana do Recife. Pela ordem de sucessão no tempo, o autor identifica duas espécies dentro do gênero capanga, esclarecendo que, “de começo foram os capoeiras, modalidade mais ágil e pública dos valentes. A capoeiragem, no Recife, como no antigo Rio, criou tais raízes que se julgava um herói sobrenatural quem tivesse forças de acabar com ela. Que nada! Saisse uma música para uma parada ou uma festa e lá estariam infalíveis os capoeiras à frente, gingando, piruteando, manobrando cacetes e exibindo navalhas. Faziam passos complicados, dirigiam pilhérias, soltavam assovios agudíssimos, iam de provocação em provocação até que o rôlo explodia correndo sangue muito e ficando defuntos na rua. Havia entre eles partidos. Os mais famosos foram o “Quarto” e o “Espanha”. E as bandas musicais, por sua vez, possuíam dobrados das predileções de uma ou da outra facção desordeira. O dobrado “Banha Cheirosa” era um desses. Tocá-lo consistia já uma ameaça à ordem pública. Partiam gritos sediciosos: Viva o Quarto! Fora o Espanha! E os versos desafiadores: Viva o Quarto/Fora o Espanha Cabeça seca/ É que apanha. . . Ou então: Não venha/Chapéu de lenha/Par

tiu, caiu/morreu/fedeu. O barulho tomava proporções terríveis. As facas riscavam os ares e mergulhavam em barrigas. Os porretes faziam desenhos nos ares e colidiam com os quengos dos adversários. Casas fechando-se, gente correndo, meninos chorando, feridos agonizando. Espetáculo de quase todos os dias. Não havia governo nem comandante das armas que desse fim àquilo. Mesmo porque se havia alguma providência enérgica a respeito, uma carga de cavalaria ou um cerco de tropas de linha, se algum dos "moleques de frente de música" iam parar no xilindró, logo aparecia uma força superior que os punha de novo na rua e à frente da primeira banda que fosse tocar na Penha ou no Prado. Essa força era a política. Os capoeiras, em regra, pertenciam a esse ou aquele figurão dos tempos. Nos dias de eleição retribuía com serviços valiosos a proteção e a impunidade.

Desaparecidos os capoeiras, ficaram os "brabos". Menos evidentes, porém, perigosos. E protegidos. Não faziam mais proezas na frente do 14 ou da polícia, mas não dispensavam atividades noutros setores. Havia brabos de várias categorias. Uns da alta roda, outros de esferas inferiores. Cavavam a vida em ser brabos. Obtinham favores, empregos, regalias. . ."

- 28 – SUASSUNA, Ariano. *Jornal da Semana*, Recife, edição de 7 a 13 de outubro de 1973.
- 29 – ALBUQUERQUE, op. cit. p. 38 e 39.
- 30 – CUNHA, op. cit. nota 9 p. 229.
- 31 – FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1963, p. 59 a 60.
- 32 – FACÓ, op. cit. p.63 a 71.
- 33 – BARBOSA, Rui. *Documentos parlamentares*. Rio de Janeiro, 1921, v. 14
- 34 – SUASSUNA, op. cit. nota 28 idem.
- 35 – Em seu livro *O Juazeiro de Padre Cícero e a revolução de 1914*, de 1938, Irineu Pinheiro traça um perfil bem fiel de um desses tocaieiros, valendo que se transcreva o trecho: "Sei de um – diz Irineu – de nome Miguel Praça, que, na zona paraibana próxima ao Ceará, em São José de Piranha, dominou por muitos anos e foi, no seu tempo, nome dos mais celebrados entre os profissionais do cangaço. Matava por pagamento e sempre de emboscada, a dormir na pontaria. Bom atirador, nunca errava o alvo e nunca também viu a queda de sua vítima. Atirava e corria. Era este o seu estilo, a sua técnica. Em Brejo dos Santos, no Ceará, caiu varado de balas partidas de uma emboscada. Morreu à traição quem muitas vezes matou traiçoeiramente".
- 36 – CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*, op. cit. p. 9.
- 37 – RAMOS, op. cit. nota 7 p. 126

- 38 — PERNAMBUCANO DE MELLO, Frederico. Aspectos do banditismo rural nordestino, *Ciência & Trópico*, Recife, IJNPS, 2 (1): 67-111, jan./jun. 1974
- 39 — Todos estes autores ao estudarem o tema sentiram a necessidade de estabelecer distinções que resultam nitidamente da questão da existência de tipos distintos de cangaço. Em seus trabalhos, freqüentemente vamos encontrar ressalvas bem reveladoras disso, em expressões como "este cangaceiro é de um tipo especial" ou "tal cabra encarnava bem a figura do profissional do cangaço" ou, ainda, "fulano não estava no cangaço para ganhar a vida". De todos eles, o que mais perto chegou de propor uma classificação sistematizada nos parece ter sido Xavier de Oliveira, em seu livro *Beatos e Cangaceiros*, Rio de Janeiro, 1920, pág. 10, in fine.
- 40 — CABRAL DE MELLO, Evaldo. "Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654". Rio de Janeiro, Forense — Universitária; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975, pág. 230.
- 41 — CABRAL DE MELLO, op. cit. pág. 231.
- 42 — OLIVEIRA LIMA, M. de. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. 2 ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco — SEEC, 1972, p. 111 a 112 e 208.
- 43 — GONSALVES DE MELLO, J. A. *Tempo dos flamengos*. 2 ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco — SEEC, 1978, p. 138.
- 44 — PEREIRA DA COSTA, F. A. *Folk-Lore pernambucano*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1974, p. 163. As aventuras do célebre bandido serviram de base temática para o romance *Cabeleira*, de Franklin Távora, surgido em 1876. É peça básica na obra desse autor, catalogado aliás como "chefe do naturalismo tradicionalista e campesino, na novelística brasileira", na *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1943, tomo V. Sobre o *Cabeleira* e suas façanhas reais, consultar ainda: FERNANDES GAMA. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Recife, 1848, p. 360; ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1954, p. 191; AMARAL, F. P. de. *Escavações*. Recife, Tip. do Jornal do Recife, 1884, p. 298.
- 45 — Nas fontes oficiais, especialmente quando se referem ao banditismo da zona não propriamente sertaneja, vamos encontrar quase sempre as assépticas expressões "banditismo", para o fenômeno, e "bandido", "facínora", "facinoroso" ou "criminoso de morte", para o agente. No que diz respeito ao banditismo sertanejo, as fontes, tanto as consistentes de documentos oficiais quanto as de uma literatura não comprometida com as palavras da predileção burocrática, desde muito cedo trouxeram as expressões "cangaço" e "cangaceiro", de indiscutível sentido regional nordestino e de um mais que provável sentido de sub-regionalismo sertanejo. Quanto ao emprego antigo de ambas as expressões, convém assinalar a utilização por Franklin Távora, em seu livro *Cabeleira*, de 1876, da palavra "cangaço", que ele próprio diz tratar-se de "voz sertaneja", acrescentando que "quer dizer o complexo das armas que costumam trazer os malfeitores. O assassino foi à feira debaixo do seu cangaço — dizem os habitantes do sertão". Quanto ao uso corrente da expressão "cangaceiro", um dos mais antigos é sem dúvida o feito por Irineu Joffily, em seu livro *No*

tas sobre a Paraíba, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Commercio, 1892. Sem certeza plena, embora — o que aliás é impossível em assuntos dessa ordem — tudo está a indicar serem uma e outra expressões do falar sertanejo.

- 46 — Dentre os vários fatores de estímulo à propagação do banditismo na área sertaneja, um dos mais importantes é o relevo irregular e recortado que caracteriza o semi-árido nordestino, especialmente o eixo Pernambuco-Paraíba-Ceará, o mais tradicional celeiro de bandidos de toda a região Nordeste. Os mais tradicionais estudos sobre o banditismo têm apontado a abundância de esconderijos naturais como fator fundamental para que este medre, converta-se em endêmico, e principalmente para que possa chegar ao estado epidêmico. Refletindo as lições de velhos estudiosos do assunto como Mac Farlane, autor do clássico *Lives and exploits of banditti and robbers*, de 1837, ou W. J. C. Moens, autor do *English travellers and italian brigands*, de 1866, ou ainda, Eugênio de la Iglesia, *Reseña histórica de la guardia civil*, de 1898, vamos encontrar o assunto bem sintetizado na ENCYCLOPAEDIA BRITANICA, 1952, v. 4, p. 146: "The conditions which favour development of brigandage may be easily summed up. They are: first, bad administration; and, in a less degree, the possession of convenient hiding-places. The brigandage of Greece, southern Italy, Corsica and Spain had deep roots, and has never been quite suppressed. All four countries are well provided with natural hiding-places". O mesmo se pode dizer do Nordeste, em sua área sertaneja, embora o assunto não tenha merecido até hoje maiores atenções da parte dos nossos intérpretes do cangaço. Por justiça, cabe salientar tópico extraído de Mensagem de Governo apresentada por Sérgio Loreto, governador de Pernambuco no período 1922-26, onde a questão é veiculada à guisa de justificação pelo insucesso de diligências policiais levadas a efeito. De todo modo, é interessante notar que aquele governante teve olhos para ver que "a topografia da região, deserta, cheia de esconderijos constituídos em grótas profundas e quase impenetráveis, dificultando a perseguição da tropa", se erguia em poderoso fator de estímulo ao cangaço.
- 47 — RAMOS, op. cit. nota 7 p. 123.
- 48 — BARROSO, op. cit. nota 19 p. 14 e 17.
- 49 — CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o Sertão*, op. cit. nota 14 p. 42.
- 50 — CAROFALO, R. *Criminologia*. 3 ed. Lisboa, Liv. Clássica Ed. 1916, p. 155.
- 51 — HOBBSAWN, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975, p. 11 a 12.
- 52 — Bom exemplo dessa celebração precoce do cangaceiro é o que se deu com Antônio Silvino, bandido cuja carreira somente teria fim em 1914 com seu ferimento e prisão, e que já em 1903 era chamado de "célebre" pela imprensa do Recife, merecendo — coisa rara na época — a publicação de uma fotografia sua na edição do Jornal Pequeno de 10 de novembro desse mencionado ano. No seguinte, 1904, ele se via immortalizado em versos — os primeiros de longa série — de literatura de cordel por Francisco das Chagas Batista, sendo o folheto intitulado *A vida de Antônio Silvino*. Sobre o caráter universal dessa celebri-

zação, desde que preenchidos os pressupostos que fazem com que o bandido e sua gente se identifiquem, vale transcrever as palavras de profundo conhecedor de Renato Carneiro Campos, em seu livro *Ideologia dos poetas populares*, 2 ed. Recife, MEC-IJNPS, 1977, p. 71: "Asestórias romantizadas de bandidos, como é sabido, não têm exemplos somente no Nordeste brasileiro, mas fazem parte da literatura de diversos povos de diferentes culturas; piratas, ladrões filantrópicos, pistoleiros galantes, têm sido temas quase constantes do folclore universal, tão aproveitados em novelas e filmes".

Todos nós somos um pouco como aquele grande e bondoso Konoválov do conto de Gorki, que não se cansava de ouvir os versos sobre a vida de Stenka Razin, famoso chefe de bandidos do Rio Volga e do Mar Cáspio, recitados pelo seu amigo que sabia ler, Stenka, tal como o nosso "Cabeleira", por exemplo, inspirou versos, canções e baladas de çunho tanto popular quanto erudito. Há uma permanente curiosidade humana sobre o tema aventureesco e nada monótono que é a vida dos bandidos. Se há a demanda, logicamente há a produção para a oferta, se é que esta lei se aplica nos domínios da poesia. Certo estava Charles Mac Farlane quando, ainda na primeira metade do século passado, sustentava que "existem poucos assuntos que nos interessem mais, do que as aventuras de salteadores e bandidos". Como estranhar que a produção de obras a esse respeito tenha sido sempre farta aqui e alhures?

- 53 — PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, 1965, p. 195.
- 54 — NUNES BATISTA, Sebastião. *Antologia da literatura de cordel*. Natal, Manimbu, 1977, p. 85
- 55 — RAMOS, op. cit. nota 7 p. 138.
- 56 — "DIÁRIO DE PERNAMBUCO", edição de 05 de maio de 1879.
- 57 — GAROFALO, op. cit. nota 50 p. 151
- 58 — MOTA, op. cit. nota 1 p. 171
- 59 — CARVALHO, José Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 3. ed. Rio de Janeiro, MEC-INL, 1967, p. 175
- 60 — BATISTA, Francisco das Chagas. *A História de Antônio Silvino*. Recife, Imprensa Industrial, 1907, p. 2.
- 61 — SERGIO Loreto e seu Governo em Pernambuco. Rio de Janeiro, Tip. dos Anais, 1926
- 62 — RELATÓRIO apresentado ao governador de Pernambuco, Herculano Bandeira de Mello, pelo Secretário Geral do Estado, Aníbal Freire da Fonseca, referente ao exercício de 1908. Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco.
- 63 — GUEIROS, Optato. *Lampeão*. Recife, s. ed., 1953, p. 168

64 – A UNIÃO, edição de 25 de abril de 1908.

65 – CARVALHO, José Rodrigues de. op. cit. nota 59 pág. 29

66 – GUEIROS, op. cit. nota 15 pág. 191.